

Desenvolvimento às avessas

PESCADORES E AGRICULTORES LUTAM PARA SOBREVIVER À INSTALAÇÃO IRREGULAR DE
EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS NO ESTADO DO RIO (PAG. 08)



RENATO COSENTINO

JOÃO ZINCLAR



Esverdeando a pílula

Entenda por que os movimentos sociais são contra a chamada “Economia Verde”, vendida por corporações empresariais como solução para a degradação ambiental (PÁG. 04)

Fora da Ordem

Política de recolhimento compulsório ignora resoluções e debates feitos no campo da saúde e da assistência (PÁG. 16)

Há 50 anos, no dia 27 de agosto de 1962, era aprovada a Lei 4.119, que regulamentou e reconheceu a Psicologia como profissão. O Brasil de João Goulart, João Gilberto e Mané Garrincha vivia momentos de efervescência cultural e política. Saídos da experiência da Era Vargas, éramos também o Brasil da Petrobras, da Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). De JK, tínhamos herdado uma nova capital e o ensaio de um novo processo de industrialização, com a entrada de incentivos externos e o avanço por rodovias de asfalto.

Pouco se questionava as contradições e as consequências desses processos. A isso se dava simplesmente o nome de “desenvolvimento”, caminho único, natural e incontestável que as luzes da ciência nos indicavam. Já eram, no entanto, tempos de arbitrariedades e violações de direitos, grande parte delas sepultadas na invisibilidade dos territórios e no controle dos meios de comunicação de massa. Naquele mesmo ano de 1962, no dia em que Jango se encontrava com Kennedy na Casa Branca, cerca de 5 mil pessoas acompanhavam o enterro do líder camponês João Pedro Teixeira, assassinado por fazendeiros na Paraíba. No Rio, denúncias de participação de policiais em grupos de extermínio vinham pela primeira vez a público. Moradores de comunidades pobres eram removidos de áreas valorizadas da cidade e levados para bairros distantes como Cidade de Deus, Vila Aliança e Vila Kennedy. O governador Carlos Lacerda reeditava as políticas repressivas e higienistas de “reordenamento urbano” do prefeito Pereira Passos (1902-1906) – evocado recentemente, por engano ou convicção, pelo atual prefeito.

Com o golpe civil-militar de 1964, a violência virou oficialmente política de Estado e as possibilidades de enfrentamento e resistência ficaram ainda mais asfixiadas. A perseguição política e a barbárie da tortura e dos assassinatos praticados por agentes públicos marcaram o período. Nessa época, assistimos ao sucateamento dos serviços públicos e universais de saúde e educação, enquanto investimentos desmedidos eram injetados em megaempreendimentos que mais tarde se mostraram equivocados.

Do processo de redemocratização do país, passando pelo surgimento de novos movimentos sociais e pela posse de um presidente de origem popular, enfrentamos alguns dos nossos problemas, mas agravamos outros. No Brasil e no mundo, derrubamos e construímos muros. Em todo esse trajeto, nós, psicólogos, mudamos.

Durante muitos anos a Psicologia se quis neutra, individualizante e supostamente apolítica. Debruçávamo-nos sobre a “interioridade” dos sujeitos sem, contudo, colocarmos em debate a dinâmica de funcionamento da sociedade. Hoje, refletimos sobre nosso papel, trocamos experiências, transversalizamos saberes, assumimos novas responsabilidades, pensamos e formulamos políticas públicas.

Esta edição do jornal do CRP-RJ é um convite à reflexão sobre nossas implicações com a sociedade e com a Psicologia. Trazemos uma análise sobre a política de recolhimento compulsório de crianças e adolescentes usuários de drogas, além de matérias sobre tortura, sistema prisional e privatização de políticas públicas. A propósito da realização da Cúpula dos Povos e da Rio+20, em junho, destacamos os debates sobre os modelos de desenvolvimento hegemônicos no mundo, discussões que, como veremos, estão ligadas diretamente à vida das pessoas, a violações de direitos e a ameaças a comunidades e formas de vida tradicionais. No Rio, não faltam exemplos: chuva de pó de ferro em Santa Cruz; maré de metal pesado na Baía de Sepetiba; na Baía de Guanabara, petróleo, gás e pelo menos quatro pescadores mortos; no norte do estado, famílias de agricultores expulsas de suas terras pelo homem mais rico do país.

O CRP-RJ reafirma aqui seu compromisso com a luta pelos direitos humanos, em defesa de políticas públicas e multidisciplinares de Saúde e Assistência Social. Para além disso, o CRP aponta para a necessidade de pensarmos novos modos de criar, de produzir, de trocar, de consumir; novas formas de se desenvolver e de se relacionar com a natureza e com o outro. Acreditamos no desafio da invenção de outros mundos possíveis.



ANDRÉ DAHMER

03 | Novas formas de privatizar

Atividade debate novas estratégias do Poder Público para a privatização da saúde, da educação e de políticas, serviços e espaços públicos

04 | “A vida não se vende, a vida se defende”

Realização da Cúpula dos Povos e da Rio+20 na cidade expôs projetos diferentes - e antagônicos - de se viver e produzir na Terra; movimentos denunciam falsas soluções da chamada ‘Economia Verde’

08 | Capa: Desenvolvendo problemas

Impactos e conflitos socioambientais causados por novos megaempreendimentos refletem um Brasil que, na ânsia por se tornar potência, embarca em modelo econômico predatório e ultrapassado

15 | Jogo Sujo

Dossiês reúnem denúncias de violações de direitos e questionam as transformações urbanas empreendidas para a Copa do Mundo e as Olimpíadas

16 | A nova ordem das políticas de saúde e assistência

Relatório mostra que crianças e adolescentes usuários de crack estão sendo encarcerados e dopados em unidades de “acolhimento” da prefeitura do Rio

20 | O passado, o presente e o futuro

Evento uniu no Rio familiares de vítimas de violência de Brasil e Argentina; relatório da ONU afirma que “a proibição da tortura é amplamente ignorada” em nosso país

21 | Informes

22 | Presídio lotado, saúde esvaziada

Aumento de tuberculose e outras doenças infecto-contagiosas entre presos reflete o abandono da saúde nos presídios e carceragens do RJ

23 | O medicocentrismo

Profissionais de saúde se mobilizam contra o projeto de lei do Ato Médico; decisão da Justiça que coloca a prática da Acupuntura como exclusividade de médicos também é motivo de reações

24 | Nenhum passo atrás: manicômios nunca mais

O 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, é a manifestação mais emocionante, alegre, colorida, linda e louca do Rio de Janeiro. Veja fotos e vídeos.

LEANDRO UCHOAS

Na zona oeste, escola pública tem painéis de publicidade da siderúrgica que polui a região



Novas formas de privatizar

ATIVIDADE DEBATE PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E DE POLÍTICAS, SERVIÇOS E ESPAÇOS PÚBLICOS

“O SUS é nosso. Ninguém tira da gente. Direito garantido não se compra e não se vende.” O grito ecoou na atividade organizada pelo Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, em parceria com o Fórum Estadual de Defesa da Escola Pública. Organizado na Cúpula dos Povos, o evento juntou profissionais de saúde e educação, estudantes e militantes contrários às políticas de privatização, e contou com a participação ilustre do intelectual francês François Chesnais, que fez a fala de abertura do debate. Na mesa, a professora de história da Universidade Federal Fluminense (UFF) Virgínia Fontes deu pistas sobre os motivos que juntavam todos ali: “Desde a década de 90 observamos um aumento do número de carteiras de trabalho assinadas, mas o fato é que são empregos em condições precarizadas”.

Representando o Fórum de Saúde, a professora da UFRJ Fátima Silianski disse que é também desde a década de 1990 que vemos com clareza um “desfinanciamento” da saúde por parte do poder público, mas fez questão de lembrar que o grande setor privado de prestação de saúde já vinha sendo desenvolvido em parceria com o Estado desde os tempos da ditadura civil-militar (1964-1985). “Hoje esse quadro teve uma evolução. Vivemos um processo de privatização da área da saúde que não é mais apenas do médio empresário em parceria com grandes industriais, mas que é

feito pela ascensão de novos-velhos grupos, através do terceiro setor”, disse, referindo-se mais especificamente à contratação temporária de Organizações Sociais (OSs) para prestação de serviços públicos de saúde. Virgínia Fontes comentou: “O Brasil hoje dá receita de privatização da saúde para o mundo”.

Empresas dentro da escola pública

O professor de educação da UFRJ Rodrigo Lamose relacionou a luta de professores, servidores técnico-administrativos e estudantes na greve iniciada no dia 17 de maio com o enfraquecimento e a falta de investimentos nas instituições públicas de ensino. A paralisação envolveu pelo menos 57 das 59 universidades federais, além de 37 institutos de educação básica, profissional e tecnológica.

Lamose usou um caso específico para exemplificar novas estratégias de privatização. Em Santa Cruz, na zona oeste, o Colégio Estadual Erich Walter Heine recebeu investimentos diretos no valor de 11 milhões de reais da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), empreendimento da Vale e da ThyssenKrupp responsável pela chuva de poeira tóxica que cai na região. Inaugurada em junho de 2010 na presença do Governador Sergio Cabral, do prefeito Eduardo Paes e de executivos da empresa, a escola, ironicamente, recebeu o título de primeira “escola verde” do estado.

O educador mostrou preocupação com o fato de haver painéis com a logomarca da empresa nos corredores da escola Erich Walter Heine, que tem esse nome em homenagem a um executivo alemão da

ThyssenKrupp, morto em 2009. Para ele, o lucro da empresa nesse tipo de projeto não se resume apenas ao marketing e à visibilidade alcançada, mas deve ser contabilizado também com o próprio projeto político pedagógico da escola, que é mediado pela TKCSA e direcionado para beneficiar o mercado e servir suas demandas de mão-de-obra. “Os professores da Walter Heine são selecionados em processos específicos que têm interferência direta da TKCSA, o que configura a expropriação do saber docente. É escandaloso”, disse, chamando a atenção para o fato de que na região o colégio é conhecido como “escola da CSA”. “Hoje, existe um perigo para além da falta de investimento nas instituições públicas de ensino, que é a própria perda do caráter público destas instituições”, prosseguiu, referindo-se à entrada de empresas nas escolas do Estado. “Não adianta 10 ou 15 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) ser destinados à educação, se esse dinheiro for escoado para a iniciativa privada”.

“Apartheid Social”

Para Daniela Albrecht (CRP 05/30760), representante do CRP-RJ no Fórum de Saúde, o caso é ainda mais grave por envolver uma empresa acusada de ser responsável por crimes ambientais e violações de direitos humanos. “É trágico pensar que a criança que estuda nessa escola é a mesma que sofre com doenças de pele ou respiratórias causadas pela poeira tóxica da TKCSA, e é a mesma que vai sofrer com o atendimento precarizado nos equipamentos públicos de saúde da região”, disse, lembrando a responsabilidade dos governos municipal e estadual que permitem que essa situação aconteça. “Ao contrário do que querem nos fazer crer, o processo de privatização da saúde via Organizações Sociais efetivamente não traz quaisquer melhorias no atendimento prestado à população”, completou.

O representante do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, Renato Cinco, relacionou a instalação de empreendimentos como a TKCSA com um projeto de cidade que, em detrimento de áreas habitadas pela população mais pobre, privilegia regiões reservadas às classes mais altas. “Hoje vivemos a retomada da política de apartheid social”, disse, citando os recentes casos de remoções forçada e as políticas de investimento nos equipamentos olímpicos na Barra e Jacarepaguá, na zona portuária, nos corredores viários da zona oeste e na implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) beneficiando apenas áreas mais nobres.

A professora Maria Inês Bravo, representante do Fórum de Saúde, que mediu o debate, finalizou a atividade chamando a atenção para a necessidade de fortalecimento e de maior interlocução entre as redes ali representadas. “Este debate será potencializado se conseguirmos aproximar os fóruns e consolidar uma grande frente contra a privatização das políticas, serviços e espaços públicos”, disse, provocando palavras de ordem do público. 📢

“A vida não se vende, a vida se defende”



Marcha das Mulheres na Cúpula dos Povos

LUCIA SURROCA - radiomundoreal.fm

ENCONTROS REALIZADOS NO RIO EXPÕEM PROJETOS DIFERENTES - E ANTAGÔNICOS - DE SE VIVER E PRODUIR NA TERRA

ATIVISTAS E PESQUISADORES DENUNCIAM LOBBY DE EMPRESAS E AS FALSAS SOLUÇÕES DA CHAMADA “ECONOMIA VERDE”



ISABEL LIMA

Era início dos anos 90. A menina tinha apenas 12 anos, mas sua fala, que durou pouco mais de cinco minutos, foi um tapa na cara de todos que a ouviam. A canadense Severn Cullis-Suzuki subiu ao púlpito da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – a Eco 92, ou Rio 92 – com o desafio de falar para uma platéia de chefes de Estado e de outros engravatados que ainda encaravam a questão ambiental como assunto menor, discurso ideológico de alguns hippies, profetas quixotescos de um apocalipse distante.

Com simplicidade – e não há melhor jeito para se tratar o assunto –, a adolescente discursou sobre o desmatamento de florestas, a extinção de espécies e a contaminação do ar, do solo e das águas. Mas a pequena Severn não falava em nome de grupos ambientalistas ou partidos políticos minoritários. Assim que se aproximou do microfone, a menina anunciou que estava ali representando todas as gerações que estavam por vir. Suas palavras emocionaram o mundo e não se esquivaram das posições mais delicadas

a serem debatidas naquele fórum: a relação entre os impactos ambientais e as desigualdades sociais produzidos pelo modelo de desenvolvimento imposto pelos países ricos, e a responsabilização efetiva dos tomadores de decisão ali presentes, isto é, dos países e grupos empresariais mais poluidores. “Vocês estão decidindo em que mundo vamos crescer. Façam com que suas ações reflitam suas palavras”, disse. “Não tenho nenhum interesse escondido por trás do que digo. Eu estou lutando pelo meu futuro. E perder o meu futuro não é como perder uma eleição ou perder alguns pontos na bolsa de valores.”

Vinte anos depois, o Rio de Janeiro foi novamente palco de uma conferência da ONU sobre meio ambiente. A Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, aconteceu entre os dias 22 e 25 de junho no RioCentro, zona oeste da cidade. A cimeira havia sido anunciada como um espaço de avaliação, renovação e avanço dos compromissos assumidos na Eco 92, que deixara legados impor-

tantes, como a introdução da questão ambiental nas agendas da ONU e de governos, a responsabilização diferenciada de países mais ou menos desenvolvidos e a aprovação de documentos e acordos, como por exemplo a Convenção da Biodiversidade. Desta vez, no entanto, não houve resultados a serem comemorados. Pelo menos é essa a visão de ativistas e pesquisadores que acompanham a questão.

‘Captura corporativa da ONU’

As expectativas para esta nova rodada de discussões já eram muito baixas antes mesmo de seu início. De fato, desde antes de dezembro de 2009, quando foi anunciado que aconteceria a Rio+20, observadores independentes já colocavam em dúvida a legitimidade da ONU como espaço democrático de discussão e denunciavam a falta de comprometimento real com a questão ambiental por parte dos principais atores ali representados. “De 92 pra cá, assistimos um aumento exponencial do poder das grandes corporações empresariais nos espaços de decisão dos mecanismos

Mobilizações deram o tom na Cúpula dos Povos

É como disse certa vez Frei Betto: “Política é igual cozinhar feijão: só funciona na pressão”. Durante todos os dias da Cúpula dos Povos, milhares de pessoas caminharam e manifestaram suas demandas e lutas, seus desejos de viverem em um mundo mais igual, em que o direito de todos seja respeitado.

A maior de todas as manifestações, a Marcha dos Povos, reuniu cerca de 80 mil pessoas no dia 20 de julho, no Centro. No mesmo dia, pela manhã, milhares de camponeses, indígenas, mulheres, jovens e movimentos de luta por moradia se reuniram na Vila Autódromo, comunidade ameaçada de remoção

multilaterais globais. Isso é evidente no caso da ONU – o maior e mais representativo destes mecanismos”, avalia Fernando Costa, integrante da organização Amigos da Terra Brasil, que é membro da Amigos da Terra Internacional, federação de grupos ambientalistas com mais de 40 anos de história.

Em junho, em parceria com outros grupos internacionais, a Amigos da Terra lançou um relatório (disponível em inglês em <http://bit.ly/CapturaCorporativadaONU>) e uma campanha pelo fim da “captura corporativa da ONU”. “O lobby empresarial nas negociações da ONU conseguiu bloquear soluções eficazes para os problemas relacionados a mudanças climáticas, produção de alimentos, violações de direitos humanos, acesso à água, acesso à saúde, pobreza e desmatamento”, afirma o documento da campanha, assinado por dez redes de grande representatividade, como a Via Campesina e a Marcha Mundial das Mulheres.

Esta poderosa influência de grupos empresariais explica em grande parte a desconfiança que pairou sobre os rumos que se desenhavam para os debates da Rio+20. “Nas conferências sobre mudanças climáticas da ONU já ficou claro que os interesses econômicos destes grupos estavam se sobrepondo a propostas para a real diminuição da emissão de gases tóxicos”, afirma Sandra Quintela, coordenadora da rede Jubileu Sul, outra signatária do documento. “Quando o chamado ‘Rascunho Zero’ (documento inicial da ONU para a Rio+20) foi divulgado, em 2011, já estava escancarado que a conferência não seria um espaço participativo de debates, mas o palco para a assinatura de um grande acordo que já havia sido costurado entre governos e empresas”, diz a socioeconomista.

A diversidade dos povos

A ausência de alguns dos mais influentes chefes de estado e a duração de apenas três dias do evento (em 1992 foram 12 dias de debates) reforçam esta tese. Mas se não houve debate e participação na Rio+20 e se as corporações dominaram a ONU, na direção inversa - e no canto oposto da cidade -

pela prefeitura do Rio de Janeiro, a poucos metros da Rio+20. Dois dias antes, a Marcha das Mulheres juntou quase 10 mil mulheres de todas as idades em uma manhã de segunda-feira.

O ato contra o poder das corporações, a marcha à ré contra o novo código florestal, a ocupação da Via Campesina no evento da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), a ‘marcha das vadias’, a passeata contra a privatização da educação e da saúde, a marcha pela legalização da maconha, a manifestação das comunidades quilombolas, o levante da juventude contra um militar acusado de tortura e todas as muitas pequenas e representativas mobilizações que diariamente movimentaram pessoas que sonham e

o espaço paralelo à conferência oficial foi ocupado por movimentos sociais de todo o mundo. A Cúpula dos Povos, realizada entre os dias 15 e 23 de junho no Aterro do Flamengo, reuniu um

GUSTAVO MEHL



público de cerca de 350 mil pessoas representantes de diversos movimentos, associações, sindicatos e organizações civis de cerca de 80 países.

Estavam presentes movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadores/as, estudantes, ambientalistas, acadêmicos, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, populações ribeirinhas e associações de pescadores, moradores de favelas, defensores de direitos humanos, advogados populares, lutadores pelo direito à cidade e à moradia digna, pelo direito à liberdade religiosa, pelo direito à saúde e à educação públicas. Sob o lema ‘Por Justiça Social e Ambiental, Em Defesa dos Bens Comuns, Contra a Mercantilização da Vida’, a Cúpula dos Povos ficou marcada não apenas pela diversidade, mas principalmente pela expressão dessa diversidade nas mobilizações massivas nas ruas do Rio e também nos debates, que foram organizados em três etapas de convergência: as atividades autogestionadas, que



GUSTAVO MEHL

lutam foram a marca maior da Cúpula dos Povos. Em todas, uma voz única: “A vida não se vende, a vida se defende!”

amadureciam as temáticas que seriam levadas para as Plenárias de Convergência, que, por fim, encaminhavam para a Assembleia dos Povos, espaço unificado, amplo e plural de discussão e proposição.

“A Cúpula dos Povos foi uma vitória simbólica após um processo difícil de construção coletiva entre movimentos e organizações que têm visões diferenciadas. Mostramos pro mundo a necessidade de construir espaços convergentes e conseguimos garantir que a Cúpula mantivesse seu caráter combativo”, avaliou Sandra Quintela, que integrou o grupo de articulação do evento.

Falsas soluções

A convergência de ideias e a participação popular vivenciadas no Aterro contrastam com a frieza observada no RioCentro. Mais que isso: o teor das discussões na Rio+20 e na Cúpula mostraram caminhos completamente diferentes para a crise ambiental. Se no Aterro a pauta girava em torno da busca de um novo modelo de se viver na Terra, baseado na defesa de bens comuns, da universalização do acesso a recursos naturais, da agroecologia, da economia solidária e de outras formas alternativas de produção e comercialização de alimentos e objetos, na ONU consagrava-se um grande pacote de medidas e parâmetros econômicos – a chamada “economia verde” – que vem sendo vendida como a nova solução para os problemas climáticos e ambientais do planeta.

Segundo o relatório “Rumo à Economia Verde”, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 2011, economia verde “seria aquela que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica. Em outras palavras, uma economia verde pode ser considerada como tendo baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e socialmente inclusiva”.

No entanto, especialistas questionam frontalmente a implantação da economia verde e alertam para o

que chamam de “falsas soluções” para a crise ambiental. “Quando as corporações, governos e instituições como o Banco Mundial, o BID e o próprio PNUMA falam em economia verde, se utilizam e reforçam a consciência coletiva de que não é possível seguir destruindo a natureza, mas o fazem para passar a ideia de que isso poderia ser resolvido através do mercado, através de ações individuais como, por exemplo, a compra de produtos que seriam ‘ecologicamente corretos’, como é o caso, em tese, de lâmpadas fluorescentes e carros movidos a bio-

LUCÍA SURROCA - radiomundoreal.fm



Assembleia dos Povos: espaço de convergência

combustível”, explica Camila Moreno, pesquisadora do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). “A economia verde não reverte as lógicas estruturais que garantem uma demanda crescente de extração de matéria-prima, ou seja, não influencia nas engrenagens que impulsionam as atividades econômicas causadoras de grandes impactos socioambientais. A proposta não é frear o hiperconsumo mas, pelo contrário, criar um novo mercado”, conclui Camila.

O CRP-RJ na Cúpula dos Povos

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro participou de mobilizações e dos processos das Plenárias e Assembleias, além de apoiar e ajudar a organizar atividades autogestionadas na Cúpula dos Povos.

Pelo Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, contribuimos ativamente com a organização das mesas ‘Impacto de Grandes Empreendimentos na Saúde e no Ambiente’ e ‘Privatização da Saúde, da Educação e Mercantilização da Vida’, esta última em parceria com o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (Fedep - RJ).

O CRP-RJ participou também da atividade proposta pelo Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, que teve como tema ‘Conversando Memórias Passadas e Presentes: Discutindo Verdade e Justiça’; do encontro ‘Mães do Brasil e da Argentina na Luta Por Memória e Justiça’, que reuniu as Madres da Praça de

“Direito de poluir”

Para muitas empresas, a economia verde se tornou de fato uma nova possibilidade para negócios lucrativos. A Braskem, braço petroquímico do grupo Odebrecht e maior produtora de produtos plásticos do Brasil, anunciou em sua página eletrônica que estaria na Rio+20 debatendo economia verde, e que distribuiria 50 mil ‘ecobags’ (sacolas ‘ecológicas’) e 50 mil ‘squeezes’ (garrafas plásticas) produzidos com “Plástico Verde da Braskem”, polietileno fabricado a partir do etanol de cana-de-açúcar. “Além disso, estará em funcionamento, em plena Rio+20, uma usina de reciclagem que vai transformar resíduos plásticos em peças de mobília de madeira plástica”, divulga a empresa – que é patrocinadora oficial da conferência da ONU – em um texto de linguagem publicitária.

No Aterro do Flamengo, durante a Cúpula dos Povos, a Braskem espalhou, em parceria com a prefeitura, lixeiras plásticas com a marca da companhia e com a inscrição I’m green (‘Eu sou verde’). “Esse tipo de ação tem sido celebrado como a grande resposta do mercado para a crise ambiental, sem que se questione as dinâmicas de produção e a gestão de resíduos, nem o que se consome nem o que se coloca fora. É o mesmo sistema insustentável, mas que agora se apresenta com uma nova roupagem”, diz Camila Moreno.

Análises apontam não apenas para a ineficácia da economia verde como salvadora do planeta, mas também para a criação de novas dinâmicas, estruturas e ferramentas de mercantilização e, agora, de financeirização da natureza, o que garante a atuação e mesmo a expansão das atividades mais impactantes e poluidoras. A comercialização de “títulos de poluição” através de instrumentos como o Mercado de Carbono é vista como a instituição do “direito de poluir”. “As empresas ficam desobrigadas de cumprir

Maior com mulheres do Grupo Tortura Nunca Mais e da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência; e da atividade da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOOP), ‘Megaeventos e Violações de Direitos Humanos’. Colaboramos também para a exibição do documentário ‘Carne e Osso’ e do debate posterior com o professor Vicente Ribeiro, da Universidade Federal da Fronteira Sul, e para a realização de uma atividade cultural, a roda de samba do grupo do CAPS Mané Garrincha.

Para José Rodrigues (CRP 05/36271), colaborador do CRP-RJ, os psicólogos precisam se implicar nas discussões sobre o meio ambiente, sobre conflitos urbanos e rurais, e sobre os modelos socioeconômicos possíveis, uma vez que estes debates influenciam diretamente as formas de viver e de se relacionar de indivíduos e coletivos: “Sabemos o quanto, nos dias de hoje, as subjetividades são modeladas, os corpos



Grupos indígenas ocuparam a entrada do BNDES

compromissos de redução de impactos ambientais e metas que limitam a emissão de poluentes, uma vez que podem ‘compensar’ comprando créditos de empresas que poluem menos, ou investindo em projetos supostamente ‘sustentáveis’”, explica Fabrina Furtado, pesquisadora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRRJ) e autora do livro “Ambientalismo de Espetáculo – Economia Verde e Mercado de Carbono no Rio de Janeiro” (PACS, 2012 – disponível em www.pacs.org.br). “Há vários problemas aí: primeiro, isso comprovadamente não garante a redução de emissões, e as empresas que mais poluem e mais precisam mudar suas formas de atuação permanecem do mesmo jeito. Depois, o debate ambiental é despolitizado e reduzido a uma questão numérica, e todos os impactos ambientais são diminuídos à questão das emissões de CO2. Terceiro, não leva em consideração as diferentes realidades que envolvem a atuação de diferentes empresas em diferentes lugares.”

Malefícios como remédio

Na economia verde, sistemas como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) permitem que grandes corporações absolvam seus empreendi-



Atividade organizada pelo Fórum de Saúde do Rio de Janeiro

dualizados e a revolta e a indignação silenciadas. É fundamental discutirmos por quais caminhos vamos seguir”, diz.

Empresas.gov, Governos.com

A Cúpula dos Povos ficou marcada também pela responsabilização de empresas e governos pela crise ambiental e pelas desigualdades sociais. No dia 19 de junho, cerca de cinco mil pessoas marcharam do Aterro do Flamengo até o Centro do Rio, onde se concentraram em frente à sede da segunda maior mineradora do mundo, a Vale, para manifestar seu repúdio aos impactos socioambientais e às violações de direitos humanos causados pela ganância de grandes corporações empresarias transnacionais. A ideia era questionar o promíscuo vínculo com os governos e denunciar o lobby e as chamadas “falsas soluções” que seriam apresentadas por estes grupos durante a Rio+20.

A manifestação foi organizada, entre outros, pela Via Campesina, pela Marcha Mundial de Mulheres, pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre e pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, rede internacional que reúne movimentos e organizações sociais e representantes de comunidades impactadas pela Vale nos diversos países em que ela atua. Entre os manifestantes, o ativista moçambicano Jeremias Vunjanhe, que havia sido impedido de entrar no Brasil dias antes, e que só

retornou ao país após muita pressão da sociedade civil. Jeremias é membro da Justiça Ambiental, uma organização que denuncia os impactos e violações causados pela Vale em Moçambique.



HENRIQUE FORNAZIN

Os organizadores do ato projetaram na parede da sede da empresa vídeos com imagens de impactos, crimes e violações cometidos por empreendimentos de grandes corporações em todo o mundo. Foram representados casos de empresas como Shell, Syngenta, Bunge, Monsanto, Votorantim, Aracruz, Alcoa, Dow, Nestlé, Microsoft e Odebrecht, dentre outras. Corporações da indústria farmacêutica como Bayer,

Pfizer, Novartis e Schering-Plough também foram lembradas, bem como instituições financeiras e grupos privados do esporte como Fifa, CBF e o Comitê Olímpico Internacional (COI).

Houve uma entrega simbólica do certificado de Pior Empresa do Mundo, título recebido pela Vale em uma pesquisa realizada pela internet em que foi eleita com mais de 25 mil votos de todo o mundo. Ao fim da mobilização, os manifestantes lançaram cerca de 400 ovos com tinta vermelha na parede da sede da Vale, para simbolizar o sangue derramado em conflitos socioambientais causados pelas atividades de grandes empresas.

VAI LÁ:

VÍDEO DO ATO

<http://bit.ly/VideoAtoCorporacoes>

GALERIA DO FOTÓGRAFO HENRIQUE FORNAZIN

<http://bit.ly/GaleriaHenriqueFornazin>

PARA ENTENDER MELHOR:

RELATÓRIO DE INSUSTENTABILIDADE DA VALE 2012

<http://bit.ly/InsustentabilidadeDaVale2012>

DOSSIÊ DOS IMPACTOS E VIOLAÇÕES DA VALE NO MUNDO 2010

<http://bit.ly/DossieVale>

CEDIDA POR riomais171.wordpress.com



Projeção no prédio da Vale: corporações em xeque

mentos emissores de CO2 investindo em projetos considerados “sustentáveis”, “verdes” ou “limpos”. Entre estes, atividades e empreendimentos notadamente conhecidos por seus impactos socioambientais e por violações de direitos humanos, como é o caso da construção de usinas hidrelétricas e de monoculturas como a de cana-de-açúcar e a de eucalipto. “Os malefícios estão sendo apresentados como remédio. Para ficar em apenas um exemplo: o sistema de monocultura voltada para o mercado externo utilizado para a produção de etanol da cana-de-açúcar pressupõe o uso de agrotóxicos, a ocorrência de trabalho escravo, a degradação ambiental, ameaças à biodiversidade dos ecossistemas, o acúmulo de riquezas e a acentuação de desigualdades sociais. É mera falácia tratar isso como solução, são alternativas dentro de um mesmo modelo”, afirma Marcelo Durão, integrante

da Via Campesina, rede que reúne movimentos sociais camponeses de todo o mundo, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Fabrina Furtado conta que uma das últimas novidades apresentadas por think-tanks (centros de pesquisas contratados por grandes empresas para desenvolverem soluções e projetos lucrativos) e por governos é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Comunidades tradicionais que historicamente preservam o meio ambiente com suas formas de vida e produção passam a receber de empresas poluidoras um pagamento por essa preservação. “Os indivíduos e as comunidades deixam de ser encarados como sujeitos de direitos e passam a ser prestadores de um ‘serviço’ remunerado, assumindo responsabilidades específicas. Nesse caminho, populações indígenas ou ribeirinhas, por exemplo, se tornariam mão-de-obra assalariada de grandes empresas que lucram alto em suas operações”, diz, lembrando que dessa forma a relação das comunidades com a terra e com a natureza é alterada, uma vez que elas passam a ser impedidas por contrato a fazerem intervenções no ambiente da forma que estavam acostumadas. “A economia verde transforma a natureza em um produto. Do mesmo jeito que a saúde, a educação, o trabalho e a terra foram privatizados e precificados, agora a ideia é fazer o mesmo com a natureza”, alerta a pesquisadora.

A avaliação de Fabrina e de outros estudiosos é consonante com grande parte dos debates feitos na Cú-

pula dos Povos por grupos ambientalistas e de defesa dos direitos humanos, por pesquisadores, ativistas e representantes de comunidades. No entanto, nem a consistência das teorias críticas à economia verde e das propostas alternativas ao modelo econômico e financeiro que ela apresenta, nem a representatividade popular, acadêmica e política da Cúpula dos Povos foram suficientes para influenciar nos encaminhamentos dados pelo seletivo grupo de grandes empresários e chefes de estado presentes na Rio+20.

Ali, na conferência das Nações Unidas, as propostas da economia verde se consagraram como um novo velho modelo que “salvará” a humanidade. Mas nos gramados do Aterro do Flamengo, entre idosos e jovens, mulheres e homens, trabalhadores do campo e moradores de grandes metrópoles, ficou claro que, para os povos de todo o mundo, decisões tomadas em gabinetes fechados não podem, jamais, se sobrepor aos direitos e às lutas da população. ♻️

VAI LÁ:

CÚPULA DOS POVOS

<http://cupuladospovos.org.br/>

PARA ENTENDER MELHOR:

VÍDEO “A HISTÓRIA DAS COISAS”

<http://bit.ly/AHistoriadasCoisas>

VÍDEO “A HISTÓRIA DO ‘CAP AND TRADE’”

<http://bit.ly/AHistoriadoCapandTrade>

“O LADO B DA ECONOMIA VERDE - ROTEIRO PARA UMA COBERTURA JORNALÍSTICA CRÍTICA DA RIO+20” – (FUNDAÇÃO HENICH BÖLL STIFTUNG E REPÓRTER BRASIL, 2012)

http://bit.ly/EconomiaVerde_LadoB

Desenvolvendo problemas

IMPACTOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS POR NOVOS MEGAEMPREENHIMENTOS REFLETEM UM BRASIL QUE, NA ÂNSIA POR SE TORNAR POTÊNCIA, EMBARCA EM MODELO ECONÔMICO PREDATÓRIO E ULTRAPASSADO



VICTOR RIBEIRO/REDUC

Alexandre Anderson é uma das principais lideranças da Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR), grupo que resiste a empreendimentos industriais na região e denuncia seus impactos e irregularidades. No dia 18 de junho, o pescador participou da Cúpula dos Povos em uma atividade organizada pelo Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, com apoio do Conselho Regional de Psicologia (CRP-RJ) e de outras entidades, sobre as consequências de empreendimentos deste tipo para a saúde de comunidades.

Na ocasião, Alexandre, que desde 2009 sofre ameaças e necessita de escolta policial 24 por dia, lembrou a morte de dois pescadores da AHOMAR, assassinados em 2009 e 2010, e mais uma vez cobrou publicamente a responsabilidade de autoridades para que novas mortes fossem evitadas. “A AHOMAR não vai parar sua luta. Mas temos medo de acontecer mais mortes de companheiros”, disse, alternando convicção e receio. “Já morreram dois companheiros a bala, outro se suicidou, já desapareceram quatro. Isso a gente não quer mais. Estamos cada vez mais unidos.”

Apenas dez dias depois, no auditório lotado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), durante o lançamento de um manifesto de apoio assinado por mais de 400 entidades, a altivez da fala do homem do mar deu lugar a uma profunda tristeza. “A Baía de Guanabara está calada. Os barcos não saíram pro mar, estão na areia da praia. A tristeza está nos nossos olhos, nos olhos da nossa família. A Guanabara está

de luto.” Profundamente emocionado, Alexandre Anderson falou para uma plateia de mais de cem pessoas, entre defensores de direitos humanos, jornalistas, parlamentares e autoridades públicas. “Quando a gente enterra um companheiro, vai um pedaço de nós ali, nossa alma está ali dentro também. Hoje, infelizmente, estão levando não apenas nossa vida, mas nossa alma de luta está indo junto.”

As lágrimas de Alexandre eram as lágrimas de todos os pescadores da Baía de Guanabara. No dia 22 de junho de 2012, uma semana antes do ato na OAB, apenas quatro dias após a fala na Cúpula dos Povos, dois integrantes da AHOMAR, Almir Nogueira de Amorim, o Almirzinho, e João Luiz Telles Penetra, o Pituca, desapareceram depois de saírem para pescar na Baía de Guanabara, nas imediações da Ilha de Paquetá. Os dois foram encontrados mortos, com pés e mãos amarrados e sinais de afogamento. Mais duas vítimas de conflitos socioambientais no Brasil, país-sede da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

A Petrobras na Baía de Guanabara

A situação dos pescadores da Baía de Guanabara foi um dos casos emblemáticos apresentados durante a Cúpula dos Povos para exemplificar impactos socioambientais e conflitos causados por megaempreendimentos industriais ou de infra-estrutura gerenciados por grandes empresas, com apoio e financiamento de governos federais, estaduais e municipais. Desde 2009, a AHOMAR tornou públicas

as ameaças feitas por grupos locais que lucram com os investimentos empresariais na Baía e denunciou empresas subsidiárias da Petrobras por contratarem grupos milicianos para fazerem a segurança particular de empreendimentos na região.

A luta dos pescadores é motivada pela intensificação da atividade petrolífera na Guanabara, que envolve a construção, no município de Itaboraí, do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), um dos maiores projetos da história da Petrobras, que deve custar cerca de 36 bilhões de dólares. A instalação de dutos e terminais na lâmina d’água da Baía espantou o pescador, criou zonas de exclusão proibidas a embarcações pesqueiras – justamente nos espaços que costumavam ser mais piscosos – e está praticamente inviabilizando a pesca artesanal, ocupação que garante o sustento de cerca de 3 mil famílias na região.

Na praia de Mauá, no município de Magé, onde mora Alexandre Anderson e onde fica a sede da AHOMAR, a construção de dutos para o transporte de gás liquefeito de petróleo (GLP) para o COMPERJ, realizado pelo consórcio GLP Submarino, que reúne as empresas GDK e Oceânica, impossibilitou o trânsito de embarcações pesqueiras no local. Para piorar, os despejos de óleo, metais pesados e outros resíduos químicos nas águas da Baía contaminam os peixes e têm efeitos devastadores na saúde da população que vive às margens da Guanabara ou que consome produtos advindos de suas águas.

A TKCSA na Baía de Sepetiba

A transformação da Guanabara em pólo industrial não é caso isolado, nem um equívoco do passado difícil de reverter, como podem pensar alguns. Do outro lado do Rio de Janeiro, a outra grande baía da cidade, a de Sepetiba, também vem sofrendo com empreendimentos industriais instalados recentemente às margens de suas águas. O maior deles, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), megapreendimento do grupo alemão ThyssenKrupp

CHARLOTTE PETITJEAN/PIÉR DA TKCSA



e da brasileira Vale, começou a ser instalado em 2006 e, mesmo com o descumprimento de uma série de exigências ambientais, entrou em operação em 2010.

A TKCSA será responsável por 76% das emissões de gases poluentes na cidade, e ganhou as manchetes dos jornais ao promover uma ‘chuva’ de poeira tóxica em toda a região, causando doenças respiratórias, de pele e de vista em moradores da região de Santa Cruz e Sepetiba, zona oeste do Rio. “Hoje não posso assistir televisão por muito tempo que meus olhos começam a lacrimejar, por causa da poluição”, relatou o pescador Jaci do Nascimento, de 53 anos, durante a mesma atividade do Fórum de Saúde na Cúpula dos Povos.

Com a chegada da siderúrgica, não apenas novos resíduos químicos passaram a ser lançados, mas metais pesados que estavam sedimentados no fundo da Baía

de Sepetiba, despejados por outro empreendimento durante a década de 80, foram revolvidos e voltaram à superfície, prejudicando a atividade pesqueira. Jaci do Nascimento lembra que oito mil pessoas viviam da pesca artesanal na Baía de Sepetiba, mas que muitos estão passando necessidades e sendo obrigados a procurar outras atividades. “Antes, com três ou quatro horas de pescaria, eu chegava com quatro caixas de peixes, levantava 600, 700 reais. Hoje em dia o peixe é pingado. Tive que procurar emprego como servente de obras, pra poder me sustentar, porque eu não tenho coragem de pegar esse peixe contaminado pra passar pra outros comerem”, lamenta.

Além da TKCSA, outros novos megaempreendimentos estão previstos para o entorno da Baía de Sepetiba, entre eles a instalação de um superestaleiro da Marinha, onde será construído o primeiro

submarino nuclear brasileiro. Para Alexandre Pessoa, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e integrante do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, as baías da cidade do Rio de Janeiro correm o risco concreto de serem reduzidas a espaços de produção industrial. “As baías de Guanabara e de Sepetiba são patrimônios ambientais inestimáveis que estão sendo deliberadamente eliminados enquanto ecossistemas, em função da implantação desses grandes empreendimentos”, diz o pesquisador. “O poder público tem que entender que promover a saúde coletiva da população passa por promover espaços saudáveis e sustentáveis, e não apenas investir na construção de UPAs (Unidades de Pronto Atendimento). O modelo biomédico ‘hospitalocêntrico’ não é sustentável”, completa.

Os Homens Ameaçados do Mar

Com as mortes de mais dois pescadores em junho deste ano, já são quatro os integrantes da Associação Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR) assassinados em menos de quatro anos: em 2010, Márcio Amaro, um dos fundadores do grupo, foi morto a tiros em sua casa, na frente de sua mãe e de sua esposa; um ano antes, em maio de 2009, Paulo Santos Souza, ex-tesoureiro da associação, foi brutalmente espancado e assassinado na frente de sua família com cinco tiros na cabeça. Todos os casos permanecem sem solução.

A violência e as ameaças sofridas estão relacionadas diretamente à luta dos pescadores, que ganhou corpo em 2007. Naquele ano, a Petrobras iniciou na Praia de Mauá, berço da AHOMAR, no município de Magé, a construção de dutos para transporte de gás liquefeito de petróleo (GLP) para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), um dos maiores empreendimentos da história da empresa, financiado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. As diversas obras relacionadas ao pólo industrial prejudicaram a pesca artesanal, atividade que garante o sustento de cerca de 3 mil famílias na Baía de Guanabara.

Em abril de 2009, depois de inúmeras denúncias sem resultados efetivos, os pescadores da AHOMAR colocaram os barcos na água, mas desta vez não para ir atrás do pescado: era o início de uma paralisação das obras do duto da Praia de Mauá que duraria 38 dias. As ameaças e a perseguição aos trabalhadores se intensificaram. Durante aqueles dias, quatro tiros foram disparados de dentro do canteiro de obras em direção ao barco de Alexandre Anderson, que já vinha recebendo ameaças de morte. Pouco depois, após inúmeras operações contra a mobilização, o Grupamento Aeromárítimo da Polícia Militar (GAM/PMERJ)

reprimiu com violência os pescadores e pôs fim à paralisação, em ação realizada sem ordem judicial e considerada ilegal pela juíza da Vara Cível de Magé.

GUSTAVO MEHL



O pescador Alexandre tem que andar com escolta policial

Foi em função das denúncias e enfrentamentos da AHOMAR que, pouco depois, no dia 22 de maio daquele ano, a obra na Praia de Mauá foi interditada após uma auditoria conjunta das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e da Fazenda de Magé, que constataram pelo menos 42 irregularidades no projeto. Como um aviso, o assassinato de Paulo Santos Souza aconteceu apenas seis horas após a interdição da obra.

Os recentes assassinatos de Pituca e Almirzinho também aconteceram após a intensificação das mobilizações dos pescadores da AHOMAR. No final de 2011, a Petrobras e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) tentaram transformar o Rio Guaxindiba em hidrovía para transporte de equipamentos do COMPERJ, proposta que havia sido descartada durante o processo de licenciamento ambiental. Mais uma vez a AHOMAR denunciou a intenção

da Petrobras e se solidarizou ao Chefe da APA Guapimirim, Breno Herrera, ameaçado de exoneração do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, órgão responsável pela gestão das unidades de conservação ambiental), por se opor ao impacto da ação da Petrobras. Em fevereiro, o Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO) da Praia de Mauá foi fechado, deixando cerca de 35 mil pessoas sem policiamento adequado. Diretores da AHOMAR passaram a ser visitados por homens armados. As ameaças aos pescadores se intensificaram e culminaram nos tristes acontecimentos do fim de junho, poucos dias após a exposição do caso em diversos espaços da Cúpula dos Povos.

“Nós sabemos quem são (os responsáveis pelas ameaças e pelos assassinatos). São pessoas que ganham muito dinheiro com todo esse processo de industrialização da Baía de Guanabara. Pessoas que trabalham na segurança, fornecendo água, transporte aquaviário, transporte terrestre pra esses empreendimentos. São pessoas que tão dentro do governo do estado, são pessoas que tão dentro do governo municipal, são pessoas que tão dentro da segurança pública local. Nós alertamos, nós estamos avisando: ‘vai morrer mais gente’”, disse Alexandre Anderson, denunciando a tentativa de fontes policiais e meios de imprensa de ignorar a complexidade do caso e atribuir os homicídios a ‘disputas entre pescadores’.

VAI LÁ:

VIDEO COM A FALA EMOCIONADA DE ALEXANDRE ANDERSON NA OAB, APÓS O ASSASSINATO DOS PESCADORES PITUCA E ALMIRZINHO
<http://bit.ly/AlexandreAHOMAR>

ASSINE O ‘MANIFESTO DE REPÚDIO PELO ASSASSINATO DOS PESCADORES DA AHOMAR’
<http://bit.ly/ManifestoAHOMAR>

PARTICIPE DA CAMPANHA DE CARTAS PARA O GOVERNADOR
<http://bit.ly/CartasAHOMAR>



Segurança da TKCSA: moradores denunciam ameaças e intimidações feitas por pessoas ligadas à empresa

Modelo de desenvolvimento

Em Sepetiba, como em Magé, pescadores que se opõem a estes empreendimentos têm sofrido ameaças. Em 2009, Luis Carlos Oliveira, liderança local, foi obrigado a deixar sua comunidade após inúmeras ameaças de morte. No mesmo ano, durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (CDH/ALERJ), pescadores mostraram um vídeo de uma manifestação reprimida por policiais militares e funcionários da empresa, em que apontaram o chefe da segurança da TKCSA como um reconhecido líder de uma milícia local. A empresa negou, mas demitiu o homem pouco tempo depois.

Para especialistas, conflitos socioambientais como os vividos nas baías da cidade do Rio de Janeiro têm relação com a aposta do Brasil em reforçar seu papel como país exportador de “commodities”, produtos primários como petróleo, minérios, subprodutos da siderurgia, carne, soja, celulose, entre outros. Este tipo de produto, que hoje representa cerca de 70% da pauta de exportação do país, requer o uso intensivo de recursos naturais, como água, solo, energia e biomassa. “É um modelo de desenvolvimento que historicamente resultou em violentos impactos sobre a natureza e sobre os direitos humanos”, afirma Andressa Caldas, que participou do grupo de articulação da Cúpula dos Povos representando a Plataforma DhESCA Brasil, rede que reúne dezenas de organizações brasileiras

de direitos humanos. “O Brasil se deslumbrou com a possibilidade de se tornar uma potência econômica mundial, um global player internacional, mas, para viabilizar esse projeto, escolheu um caminho que não gera riquezas e prosperidade para a população. Se você pega o caso da TKCSA, 100% da produção de aço dali é destinada à exportação, mas são os moradores que pagam a conta: poluição, enfermidades e violações de direitos”.

Andressa aponta uma série de causas para a ocorrência de conflitos, desde as irregularidades nos processos de licenciamento e a falta de controle sobre os impactos sociais e ambientais destes megaprojetos, até a onda de criminalização e repressão violenta a movimentos sociais e lideranças locais, passando pela falta de consulta prévia às comunidades impactadas, por decisões judiciais irregulares, pelo aumento da concentração fundiária, por casos de remoção e despejo arbitrários em comunidades urbanas e rurais, e pelo favorecimento explícito de grandes grupos empresariais. “Vários destes aspectos são encontrados não apenas em megaempreendimentos industriais em todo o território brasileiro, mas também em projetos de infra-estrutura que atendem às demandas forjadas pelos principais grupos empresariais e que são extremamente propagandeados pelo governo, como é o caso da transposição do Rio São Francisco, no Nordeste, da duplicação da Estrada de Ferro Carajás, no Pará e no Maranhão, e das usinas hidrelétricas de Belo Monte, no Pará, e Jirau e Santo Antônio, em Rondônia”.

Eike Batista em São João da Barra

A construção do Complexo Industrial do Porto do Açu (CIPA), no município de São João da Barra, próximo a Campos, no norte do estado do Rio de Janeiro, é exemplo dos fatores listados por Andressa como causas para conflitos. Ali, na maior área pre-

Baía de Guanabara, 20 anos depois

Há 20 anos, durante a Eco 92, a situação da Baía de Guanabara teve grande visibilidade. Naquela época, foi anunciado com destaque o investimento de cerca de 1 bilhão de dólares para o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG). O dinheiro, que veio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de um fundo do governo japonês e do governo do estado do Rio de Janeiro, serviria para a construção de rede coletoras e estações de tratamento de esgoto no entorno da Baía, região que abriga um total de cinco milhões de moradores distribuídos por sete municípios.

O programa foi descontinuado e diversas estações de tratamento estão desativadas ou funcionam parcialmente. Em 2003, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) chegou a ser instaurada na Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ) para apurar de-

núncias de corrupção e irregularidades na gestão do PDBG. Agora, durante a Rio+20, o governo federal anunciou um novo programa, com aporte de mais 1 bilhão de reais e a mesma promessa: despoluir a Baía de Guanabara, desta vez para as Olimpíadas de 2016.

Pesquisadores comentam que se, por um lado, o governo anuncia investimentos em medidas deste tipo – talvez pensando em seus compromissos com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e em sua imagem com as autoridades que por aqui passaram durante a Conferência da ONU –, por outro, intensifica as atividades industriais que geram impactos socioambientais na mesma região. “Os governos não dão conta de implementar medidas de proteção ambiental efetivas, a exemplo do saneamento básico na região, mas são bastante eficientes para viabilizar ações industriais. Quando você une essas duas pontas, o resultado é trágico para as populações que moram

no entorno e dos pescadores que tiram seu sustento da Baía e que sofrem influência direta da contaminação de suas águas”, diz Alexandre Pessoa, pesquisador do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde da Fiocruz (EPSJV/Fiocruz) e integrante do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro.

RENATO COSENTINO



servada de vegetação de restinga do Brasil, o grupo EBX, do multimilionário Eike Batista, começou a construir um complexo industrial portuário de proporções gigantescas. O Super Porto do Açú, como vem sendo chamado, envolve recursos iniciais da ordem de 6 bilhões de reais e promete ser o maior porto privado do mundo.

A grandiosidade do empreendimento é compatível com o tamanho dos impactos socioambientais causados à região e com a gravidade das violações de direitos ocorridas em função de sua instalação. Entidades como a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) afirmam que as irregularidades da obra se iniciaram já durante o processo de licenciamento que, de forma a facilitar a autorização do empreendimento, não consi-

derou a integralidade dos impactos do complexo, que inclui um mineroduto que sairá de Minas Gerais até o local, cortando pelo menos 32 municípios.

Para além das denúncias graves de crimes ambientais e falhas nos estudos ambientais, diversas ações de despejo de famílias de pequenos agricultores vêm sendo realizadas sem o respeito aos devidos procedimentos legais e aos direitos dos moradores. Em uma delas, no dia 13 de março de 2012, o agricultor Juarez Alves foi avisado às 8h da manhã por amigos que sua casa, uma pequena propriedade rural na Estrada Saco Dantas, estava sendo demolida e sua lavoura, destruída por uma retroescavadeira.

Juarez teve que romper uma barreira policial na estrada para ter acesso ao local. Quando conseguiu

chegar à sua residência, já haviam levado seu automóvel, suas ferramentas de trabalho e três cabeças de gado, além de todo o mobiliário de sua casa. O agricultor contestou veementemente a forma como aquele despejo estava sendo feito e se negou a sair de dentro do que sobrava de sua casa. Foi algemado, detido por desacato e levado à delegacia policial.

O público trabalhando para o privado

A ação mobilizou mais de 40 policiais. Nem seu Juarez nem seus vizinhos que foram igualmente despejados tinham sido avisados nem indenizados previamente, e tampouco tiveram disponibilizados locais apropriados para se estabelecerem e para manterem suas atividades produtivas, como

A siderúrgica que “envergonha” até o prefeito

O projeto apresentado pela transnacional alemã ThyssenKrupp já havia sido rechaçado por outros países devido a seu alto potencial poluidor. No entanto, foi recebido pelo Brasil e pelo Rio de Janeiro com condições extremamente favoráveis, que incluem isenções fiscais e financiamentos públicos a juros baixíssimos, via BNDES. A Vale também se associou ao empreendimento e detém 26% das ações da empresa.

Desde o início do seu processo de instalação, em 2006, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA, ou TKCSA) foi contestada por moradores da região de Santa Cruz e Sepetiba, por associações de pescadores artesanais e por entidades como o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), que em 2008 publicou um relatório que documentava crimes ambientais e irregularidades do projeto e do processo de licenciamento. O megaprojeto, que custou cerca de 9 bilhões de dólares e tem área total

de 10 milhões de metros quadrados (equivalente a duas vezes os bairros de Ipanema e Leblon), entrou em operação em 2010, mesmo havendo uma série de exigências ambientais que ainda não haviam sido cumpridas. O resultado foi a emissão de partículas de ferro-gusa que resultou em uma chuva de poeira tóxica que caiu – e segue caindo – sobre parte da zona oeste da cidade, causando doenças respiratórias, de pele e de vista, e garantindo à TKCSA fama internacional como empreendimento símbolo de efeitos devastadores ao meio ambiente e à saúde pública.

Estudo do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) mostra que a TKCSA será

responsável pelo aumento de 76% das emissões de gases poluentes na cidade, e que responderá, sozinha, por mais emissões de gases-estufa que todos os veículos e todos os outros empreendimentos industriais do Rio de Janeiro somados. Além disso, intervenções feitas pela empresa causaram enchentes recorrentes

LUCÍA SURROCA - radiomundoreal.fm



“Pare TKCSA”: como forma de denúncia, moradores engarrafaram poeira tóxica emitida por usina

em uma área de Santa Cruz e o processo de dragagem do solo marinho trouxe de volta à superfície um acúmulo de metais pesados lançados na Baía por um antigo empreendimento, o que contaminou o pescado e diminuiu sua quantidade na região.

Os impactos socioambientais da TKCSA são tão grandes que mesmo as empresas donas do negócio e os representantes do Estado dão sinais de que estão desistindo da tarefa constrangedora de defendê-la das incontáveis denúncias e ações judiciais. No dia 27 de junho, a ThyssenKrupp anunciou que contratou dois conhecidos bancos de investimento para avaliar as possibilidades de venda da sua parte no empreendimento. A Vale, por sua vez, já havia declarado

através de um consultor geral que não vai vender sua parte “porque ninguém quer comprar”.

Já o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, em meio às notícias desgastantes sobre os impactos e sobre as doenças causadas na população de Santa Cruz, afirmou à imprensa que “se dependesse dele,

não autorizaria a instalação da empresa”. Paes disse que a empresa gera poucos empregos, polui muito, e não paga impostos, mas esqueceu de contar que uma de suas primeiras ações como prefeito foi conceder isenções fiscais à empresa, e que sua base na Câmara Municipal se encarregou de bloquear contestações legítimas feitas por vereadores de oposição quando o caso ainda não tinha ganhado projeção na imprensa.

Muito em função da mobilização popular das comunidades, a Companhia Siderúrgica do Atlântico ainda não conseguiu sua licença definitiva de operação, mas entidades denunciam várias ações por parte do Estado – como o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que na prática representa uma flexibilização do licenciamento ambiental – que apontam para um favorecimento do empreendimento, com especial atenção do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Por outro lado, pescadores e moradores vizinhos à TKCSA seguem sem receber indenizações pelos danos morais e materiais sofridos.

.....

PRA ENTENDER MELHOR:

RELATÓRIO “COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO (TKCSA): IMPACTOS E IRREGULARIDADES NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO” (PACS, 2ª. EDIÇÃO, 2012)
<http://bit.ly/RelatórioTKCSA>

VÍDEO “DA MARGEM AO CENTRO” (PACS)
<http://bit.ly/DaMargemAoCentro>

VÍDEO “DESENVOLVIMENTO A FERRO E FOGO” (IBASE)
<http://bit.ly/DesenvolvimentoaFerroeFogo>

.....

garante a Constituição do Estado no seu capítulo VIII. “O Poder Público, que deveria se preocupar em promover a garantia de todos os direitos a essas famílias, tem agido de forma a privilegiar os interesses do empreendimento econômico em detrimento da população”, afirma o relatório produzido pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (CDH/ALERJ) sobre os despejos realizados na região.

A afirmação tem fundamento: em 2009, o governo do estado do Rio de Janeiro, sem qualquer consulta à população e aos moradores da área afetada, publicou o decreto 41.915/2009, que determinava a desapropriação de uma área de 70 milhões de metros quadrados como sendo de interesse público, “para o fim de implantar no local um distrito industrial”. A CODIN, Companhia de Desenvolvimento Industrial do Governo do Estado do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS), ficou como beneficiária da medida e responsável pelo processo de reassentamento.

As terras desapropriadas estão sendo cedidas diretamente à LLX, empresa do grupo EBX, de Eike. Mais que isso, agricultores afirmam que a CODIN e a LLX têm atuado de forma conjunta na região, como se fossem parceiras no projeto. Há denúncias de que parte do maquinário utilizado em ações de despejo seria de propriedade da empresa. Após a remoção das famílias, placas têm sido afixadas nas terras com a indicação “Propriedade Privada: Não Ultrapasse”. Parte destas placas têm a logomarca da LLX; a outra parte leva a identificação da CODIN e



RENATO COSENTINO

Pescador da Baía de Guanabara/ Praia de Mauá, Magé

do governo do estado do Rio de Janeiro. Em todas, o mesmo desenho, o mesmo texto, as mesmas cores.

Rodrigo Santos, produtor rural e vice-presidente da Associação dos Produtores Rurais e Imóveis de São João da Barra (ASPRIM) denuncia a formação extra-oficial de uma aliança entre governo, Justiça e empresa para garantir a celeridade da obra. “É uma conjunção de fatores que parecem ser coordenados:

a CODIN não cumpre os acordos, a Justiça emite ordens judiciais sem a devida fundamentação, o governo do estado destaca força policial para garantir o cumprimento, e a iniciativa privada entra com as retroescavadeiras, os caminhões, os funcionários contratados encarregados de operarem o despejo e a demolição”, afirma. “A pressa faz com que a obra atropеле tudo, não respeite leis, nem o que quer que seja. O estudo socioeconômico, por exemplo, foi

Licenciamento ‘Fast Food’

Pesquisadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venancio (EPSJV/Fiocruz) e da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz), unidades técnico-científicas da Fiocruz, denunciam irregularidades recorrentes em processos de licenciamento de grandes projetos industriais e de infra-estrutura. “O licenciamento ambiental está cada vez mais obedecendo uma lógica de flexibilização em seus critérios, com objetivo de acelerar a implantação desses megaempreendimentos” afirma Alexandre Pessoa, o professor-pesquisador do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde da Fiocruz (Lavs/EPJSV/Fiocruz). “São licenciamentos ‘fast food’. O resultado, obviamente, são graves impactos socioambientais”.

Para ele, os estudos e relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA) estão cada vez mais inconsistentes e não expressam a realidade das intervenções. “Temos verificado que um dos grandes hiatos destes trabalhos está exatamente na avaliação dos impactos na saúde da população. Os EIA/RIMA devem dar conta destes

aspectos, bem como dos conflitos resultantes destes empreendimentos”, diz.

Marcelo Firpo, do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Fiocruz, denuncia duas estratégias de aceleração dos processos de licenciamento: a estadualização de empreendimentos de

caráter nacional e a fragmentação de projetos, como forma de não levar em conta a integralidade e a real dimensão dos impactos. Firpo usou como exemplos os casos dos projetos do Porto do Açu, que inclui um mineroduto que passa por municípios de MG e RJ, e da TKCSA, em que a ferrovia construída pela Vale foi licenciada separadamente da usina siderúrgica.

Firpo critica o que chama de “máquinas terríveis de liberação de licenças ambientais”, citando o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) do governo do estado do Rio de Janeiro. Alexandre Pessoa também responsabiliza o INEA por não fiscalizar adequadamente o cumprimento das exigências definidas no processo de licenciamento. “Há a tentativa dos empreendimentos de flexibilizar o que já foi acordado, é necessário o acompanhamento das obras e a operação”, disse, citando o caso do COMPERJ e as tentativas de utilizar o Rio Guaxindiba como hidrovia para transporte de equipamentos, o que acarretaria em graves impactos na APA de Guapimirim. “Isso é inadmissível e o Estado não pode dar essa autorização”, adverte o pesquisador.



Moradores cercam o Secretário do Ambiente Carlos Minc em escola pública financiada pela TKCSA

O império de Eike Batista chega ao Porto do Açú

A história já virou anedota popular: “o pai do Eike deu o mapa da mina pra ele!”.

Por um lado, parece razoável afirmar que o empresário Eliezer Batista teve mesmo acesso a informações privilegiadas sobre os mapas e os rumos da mineração e do setor energético no país, uma vez que ocupou por 12 anos a presidência da Vale do Rio Doce (quando esta ainda pertencia ao Estado: 1961-1964 e 1979-1986) e foi Ministro de Minas e Energia (1962-1963), presidente do Conselho Nacional de Minas e Energia e da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos (1962-1963), além de ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (1992) durante o governo Collor.

Não temos, no entanto, como confirmar que essa condição teria favorecido a construção do império de seu filho, o também empresário Eike Batista. O que se sabe é que Eike Batista, com reconhecidas qualidades de empreendedor e acumulador de riquezas, seguiu os passos – e o ramo – de seu pai e se tornou o homem mais rico da América do Sul e o sétimo do mundo, com uma fortuna estimada em cerca de 30 bilhões de dólares.

Um dos maiores empreendimentos do grupo EBX, presidido por ele, é o Complexo Portuário Industrial do Açú (CIPA), em São João da Barra, no Norte

Fluminense. A região escolhida para a construção do projeto tem três características que chamam a atenção: é ambientalmente importante (faz parte da maior área preservada de vegetação de restinga do país); tem, tradicionalmente, vocação para a agricultura e a pesca (o município é o maior produtor de maxixe e quiabo do estado, o segundo maior produtor de abacaxi, e um dos maiores produtores de pescado); e tem pouca infra-estrutura para a população local (São João da Barra possui um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, ficando em 79º lugar entre os 92 municípios do RJ, pior em educação e segundo pior em saúde básica censo 2010). Ali, Eike Batista é contestado por impactos socioambientais e violações de direitos humanos que colocam em xeque a atuação e o prestígio de suas empresas.

Os investimentos iniciais são de 6 bilhões de dólares, sendo que 1,4 bilhões é dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que viria pelo BNDES. Fala-se em investimentos de longo prazo de 40 bilhões de dólares, possivelmente o maior investimento em infraestrutura portuária da América Latina. O grupo EBX está investindo 17,2 bilhões de dólares e outras empresas que se agregaram ao projeto investirão mais 22,8 bilhões de dólares. O Super Porto do Açú, como vem sendo chamado pelos defensores do projeto, deve receber navios de grande porte e contar com a instalação de várias unidades industriais, como petroquímicas, cimenteiras, montadoras de

automóveis e processadoras minerais, além de duas usinas termoelétricas. O empreendimento está vinculado a um mineroduto que transportará minérios desde a região de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, cortando pelo menos 32 municípios.

O Porto do Açú é alvo de várias Ações Cíveis Públicas, sendo que uma, de 2009, de autoria do Ministério Público Federal (MPF), contesta o fato de o porto ser privado, o que violaria Constituição Federal, que estabelece a competência exclusiva da União Federal para explorar os portos Marítimos.

VAI LÁ:

VÍDEO ‘NARRADORES DO AÇÚ’
<http://bit.ly/NarradoresdoAcu>

VÍDEO ‘FAMÍLIAS SÃO RETIRADAS DE TERRENO EM SÃO JOÃO DA BARRA’ – RJTV
http://bit.ly/RJTV_DespejoAcu

VÍDEO ‘MARCOS UCHOA NO SUPERPORTO DO AÇU DE EIKE BATISTA’ – RJTV 20/09/2010
http://bit.ly/RJTV2010_PortodoAcu

VÍDEO ‘MORADORES QUE DEIXARAM 5º. DISTRITO DE SJB VIVEM FUTURO INCERTO’ – 22/08/2011
http://bit.ly/Acu_FuturoIncerto

PARA ENTENDER MELHOR:

ENTREVISTA COM ARTHUR SOFFIATI - IMPACTOS AMBIENTAIS DO PORTO DO AÇU
<http://bit.ly/ArthurSoffiati>

RELATÓRIO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO COMPLEXO INDUSTRIAL-PORTUÁRIO DO AÇU – ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB)
<http://bit.ly/RelatorioAGB>

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DO PORTO DO AÇU/ALERJ
http://bit.ly/RelatorioALERJ_Acu

feito após o decreto que prevê a desapropriação, o que é ilegal”, completa.

Dados da ASPRIM dão conta de que a chegada do superporto resultará na desapropriação de 477 propriedades rurais utilizadas por 1500 famílias de pequenos agricultores e pescadores, e que afetará ainda o trabalho de 50 mil pessoas, sendo 15 mil produtores de alimentos. O quadro é ainda mais grave uma vez que denúncias dão conta de intimidação e ameaças feitas por seguranças privados do empreendimento e policiais militares aos agricultores e pescadores que não aceitam condições impostas pela CODIN e pela LLX, o que gerou uma investigação do Ministério Público Federal.

“Eles chegam pressionando, dizendo ‘sua casa vai ser derrubada’”, afirma Rodrigo Santos.

Ciência com alma

Durante a Cúpula dos Povos, pessoas que não conheciam as lutas de comunidades contra a chegada desses megaempreendimentos e seus impactos puderam ter acesso a mais informações. Na atividade do Fórum de Saúde, por exemplo, cerca de 150 estudantes, pesquisadores e ativistas estiveram presentes e puderam escutar relatos de pessoas diretamente atingidas e violentadas por projetos como o do Porto do Açú, da TKCSA e do COMPERJ.

Às falas de Alexandre Anderson e de Jaci do Nascimento, pescadores da cidade do Rio de Janeiro,

somaram-se as palavras humildes, mas carregadas de indignação, de seu Pinduca, agricultor da região do Açú, 50 anos, “plantador” desde os 7. “Nós temos um pedaço de terra, mas o governo não respeita. O respeito é o que a cidade tá precisando”, disse, de forma simples e profunda, dando lição singela para jovens e adultos.

Seu Pinduca questionou a fama do empresário Eike Batista, muitas vezes colocado nos meios de imprensa como um grande promotor do desenvolvimento do país. “Ele trouxe não desenvolvimento, mas destruição pro Brasil. Primeiro, ele destruiu o homem trabalhador – o homem que mata a fome do Brasil inteiro. E destruiu a natureza. Tá acabando com o rio, com as lagoas, a vida da natureza. Agora



Placas na região do Porto do Açú confirmam relatório da CDH/ALERJ: Estado tem agido em favor de interesses privados em detrimento da população; à direita, ação de despejo de pequenos agricultores

eu pergunto pra vocês: como que se destrói uma natureza, se destrói o homem que planta, e se diz que o Brasil cresce? É assim que o Brasil cresce? Eu acredito que não”, disse, recebendo aplausos.

A atividade reuniu um tipo de conhecimento que nos é muito caro, que é o conhecimento tradicional popular do homem do campo e do homem do mar”, disse o pesquisador Alexandre Pessoa, da Fiocruz, que mediava a mesa. “O território educa. É obrigação dos centros de pesquisa envolver e escutar estes saberes”, completou. Marcelo Firpo, também pesquisador da Fiocruz, do Centro de Estudos da

Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, dialogou com a fala de seu colega. “A Ciência por vezes se torna tão fria que morre em sua alma. Nós defendemos uma Ciência com alma”, disse,

Em sua fala, seu Pinduca, relatando os impactos ambientais do Porto do Açu, deixou uma pergunta: “A restinga é uma área que não pode ser mexida. Hoje nós vemos em vários discursos que o homem constrói. Mas eu pergunto: Qual o ser humano que consegue construir restinga?” Na plateia, mais uma vez, acadêmicos aplaudiram. 📍



Revelando o Lado Tóxico da Cidade Maravilhosa

Enquanto diplomatas e chefes de Estado estavam reunidos no Riocentro para a Rio+20 - ou visitando o Cristo, o Pão de Açúcar e casas noturnas -, representantes de comunidades e entidades da sociedade civil apresentaram a ativistas, jornalistas e pesquisadores empreendimentos de forte impacto socioambiental na região metropolitana da cidade. O projeto Rio+Tóxico aconteceu entre os dias 15 a 17 de junho, e teve como objetivo mostrar que, na mesma cidade

ciamento a esses empreendimentos. Durante os três dias de visita, as missões passaram por Santa Cruz, Magé e Duque de Caxias, justamente as regiões afetadas pela siderúrgica Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) e pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), além da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC-Petrobras).

Inaugurada há 50 anos, a REDUC se tornou, ao longo do tempo, um dos maiores poluidores da Baía de Guanabara, afetando não só plantas e animais, mas também a saúde e os modos de vida das

emblemáticos de injustiça ambiental, que se arrasta por 50 anos e envolve a contaminação por resíduos de inseticidas abandonados no local.

Em todos os locais, os visitantes participaram de reuniões e visitas, e puderam fazer entrevistas com lideranças e moradores. Para o economista Gabriel Strautman, da Justiça Global, uma das organizações que articularam o projeto, o Rio+Tóxico serviu para dar visibilidade às lutas socioambientais existentes no Rio de Janeiro de hoje. “Os modos de vida e culturas verdadeiramente sustentáveis estão sendo

RENATO COSENTINO



VICTOR RIBEIRO



CHARLOTTE PETITJEAN

que serviu de palco para as “negociações” sobre os marcos ambientais do planeta, estão sendo erguidos ou tocados megaprojetos que vão na contramão do discurso oficial e se instalam em territórios e comunidades invisibilizados por governantes, empresários e veículos de mídia de massa.

O ponto de partida escolhido para este “turismo tóxico” foi a sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Centro do Rio, de onde sai também grande parte do finan-

populações no seu entorno. Em 2000, um grande vazamento despejou 1,3 milhão de litros de óleo na Baía de Guanabara, trazendo à tona o custo social e ambiental do empreendimento e prejudicando violentamente a pesca artesanal.

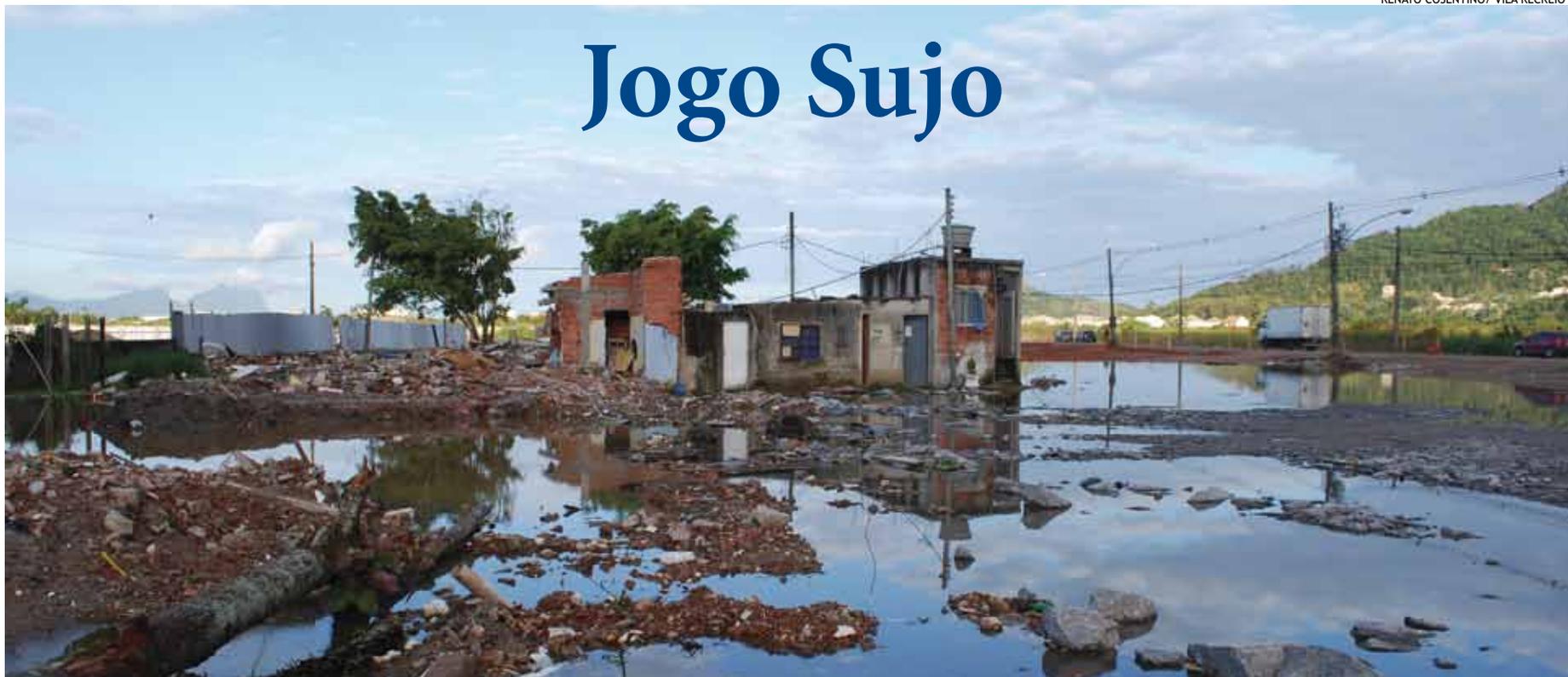
O roteiro incluiu também outros destinos em Duque de Caxias, como a Área de Proteção Ambiental de São Bento, o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho – o maior da América Latina, desativado em junho – e a Cidade dos Meninos, um dos casos mais

destruídos e as famílias diretamente impactadas com esse modelo de desenvolvimento não estão contentes. Isso precisa ser mostrado. Os olhos do mundo estiveram e estão voltados para o Rio e é importante mostrar que a realidade da cidade não é essa maravilha que está nos jornais.”

VAI LÁ:

RIO+TOXICO
<http://riotoxico.hotglue.me/>

Jogo Sujo



RELATÓRIOS REÚNEM DENÚNCIAS E QUESTIONAM AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS EMPREENHIDAS PARA A COPA DO MUNDO E AS OLIMPIADAS

“Quando o governo anunciou na televisão que ia ter Copa e Olimpíadas aqui, todo mundo pensou: vai vir progresso, pra todos”. A fala é de Elisângela, moradora da favela Pavão-Pavãozinho, localizada em Ipanema. Em janeiro de 2011, funcionários da prefeitura bateram na sua porta. Traziam marretas e outras ferramentas de demolição. Elisângela não estava. Quando chegou do trabalho, sua casa já não estava mais em pé.

A justificativa dada pela Secretaria Municipal de Habitação foi de que a área corria risco de ser atingida por deslizamentos. Porém, apesar de várias casas terem sido marcadas para remoção na área conhecida como Boca do Mato, a Prefeitura demoliu apenas algumas delas, e depois nunca mais sequer retornou para limpar a área e remover os entulhos.

A história está registrada em um vídeo divulgado recentemente pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Elisângela é uma das 170 mil pessoas que foram ou estão ameaçadas de serem removidas de suas casas em todo o país em função de obras para a Copa do Mundo, e uma das 30 mil apenas no Rio de Janeiro. Os números estão nos relatórios produzidos pelos Comitês Populares da Copa, coletivos que reúnem moradores de comunidades, acadêmicos, movimentos e organizações sociais que têm uma perspectiva crítica à forma como as trans-

formações urbanas para os megaeventos esportivos estão sendo implementadas.

Durante a Cúpula dos Povos, o dossiê ‘Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil’ teve sua 2ª. Edição atualizada lançada em atividade que juntou representantes de movimentos sociais de vários estados do país e contou com a participação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. O documento traz dados e denúncias de abusos e violações que estão acontecendo nas 12 cidades-sedes da Copa do Mundo da Fifa.

Articulação Nacional

O dossiê é uma produção coletiva da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), que consolida uma rede em nível nacional para contestar a forma como a Copa está sendo implementada, fato que nunca tinha acontecido em países que receberam o evento. Questões relacionadas à mobilidade urbana, ao meio ambiente, à segurança pública, ao direito ao trabalho, ao direito de acesso à informação, participação e representação popular, e de acesso a bens e serviços públicos, além, é claro, de questões relacionadas a violações ao direito à moradia, estão no relatório.

Em dezembro de 2011, a primeira edição do relatório já havia sido lançada simultaneamente nas capitais que receberão os jogos, em atos públicos organizados pelos Comitês Populares da Copa. No Rio, manifestantes protocolaram o documento na sede da Prefeitura e entregaram o que chamaram de “legado da Copa”: sacos de entulho recolhidos em

locais de despejos arbitrários como a Estradinha, em Botafogo, e em comunidades removidas na zona oeste, como Vila Recreio II e Vila Harmonia.

O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro documentou estes e outros casos e lançou uma versão local do dossiê de violações de direitos humanos em um debate em abril que contou com a participação da relatora da ONU para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik. “A produção dos dossiês é uma forma de registrar e levantar dados sobre os processos de violação que estão acontecendo para a realização dos megaeventos esportivos”, afirma Renato Cosentino, pesquisador do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (IPPUR/UFRJ) e membro do Comitê Rio. “A ideia é que estas publicações se tornem instrumentos importantes na luta por direitos e contra as remoções forçadas que estão acontecendo hoje no Rio e em todo o Brasil”.

VAI LÁ:

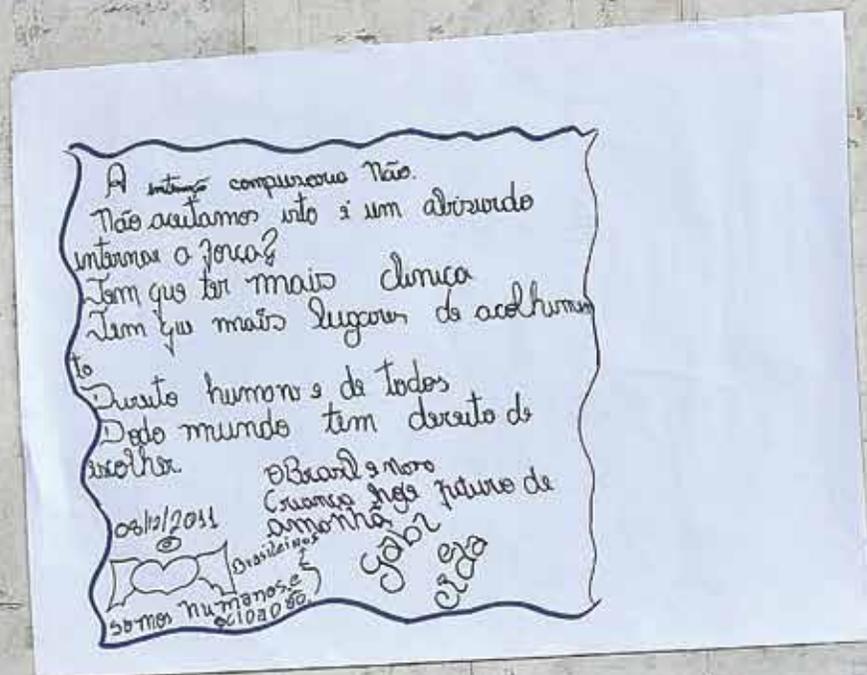
PORTAL POPULAR DA COPA – SITE DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA (ANCOP)
<http://portalpopulardacopa.org.br>
 facebook: ‘Articulação Nacional dos Comitês Populares’

PARA ENTENDER MELHOR:

MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL - DOSSIÊ DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA
http://bit.ly/Dossie_ANCOP

MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO - DOSSIÊ DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO
<http://bit.ly/DossieRio2012>

VÍDEO “O LEGADO SOMOS NÓS: A HISTÓRIA DE ELISÂNGELA”
<http://bit.ly/VideoElisangela>



A nova ordem das políticas de saúde e assistência

RELATÓRIO MOSTRA QUE CRIANÇAS E ADOLESCENTES USUÁRIOS DE CRACK ESTÃO SENDO ENCARCERADOS E DOPADOS EM UNIDADES DE “ACOLHIMENTO” DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. PSICÓLOGOS E ESPECIALISTAS ANALISAM OS RETROCESSOS, AS ILEGALIDADES, A INEFICÁCIA E OS INTERESSES POR TRÁS DESSA POLÍTICA

Era início de janeiro de 2009 e Eduardo Paes vivia seus primeiros dias à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro. Rapidamente, um dos programas prioritários de sua campanha, o chamado “Choque de Ordem”, foi sendo colocado em prática. Após uma ação inicial, que mobilizou cerca de 1500 agentes municipais e contou com o apoio do governo do estado, o prefeito divulgou à imprensa os resultados: um prédio demolido, cerca de 80 vans e kombis vistoriadas, seis veículos multados, diversas mercadorias apreendidas em oito estabelecimentos comerciais, além de cerca de 300 cadeiras de praia, 70 guarda-sóis, seis caixas de isopor, oito bicicletas e 23 carrinhos de mão confiscados na subida da comunidade do Pavão-Pavãozinho, favela localizada em Ipanema, área nobre da cidade.

Em pouco tempo, a política do Choque de Ordem ganhou espaço nos debates políticos e alcançou visibilidade nacional. Nos parlamentos, na academia,

na imprensa e nos papos de botequim, o programa da prefeitura era defendido e atacado com igual veemência. Por um lado, os entusiastas reforçavam a necessidade urgente de uma política agressiva de combate à “desordem urbana”, caracterizada no site da prefeitura como “grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral”. Por outro, ganhava corpo um conjunto de críticas que apontavam para a ineficiência e para o caráter repressivo, seletivo e arbitrário das medidas adotadas.

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro sempre se posicionou com esta perspectiva crítica. As denúncias de graves violações de direitos humanos e de desrespeito aos devidos procedimentos legais foram se multiplicando na mesma proporção que a prefeitura intensificava e estendia suas ações. Somado a isso, analistas questionavam as prioridades e as intenções por trás destas ações, direcionadas prioritariamente a trabalhadores informais, moradores de comunidades pobres e pessoas em situação de rua.

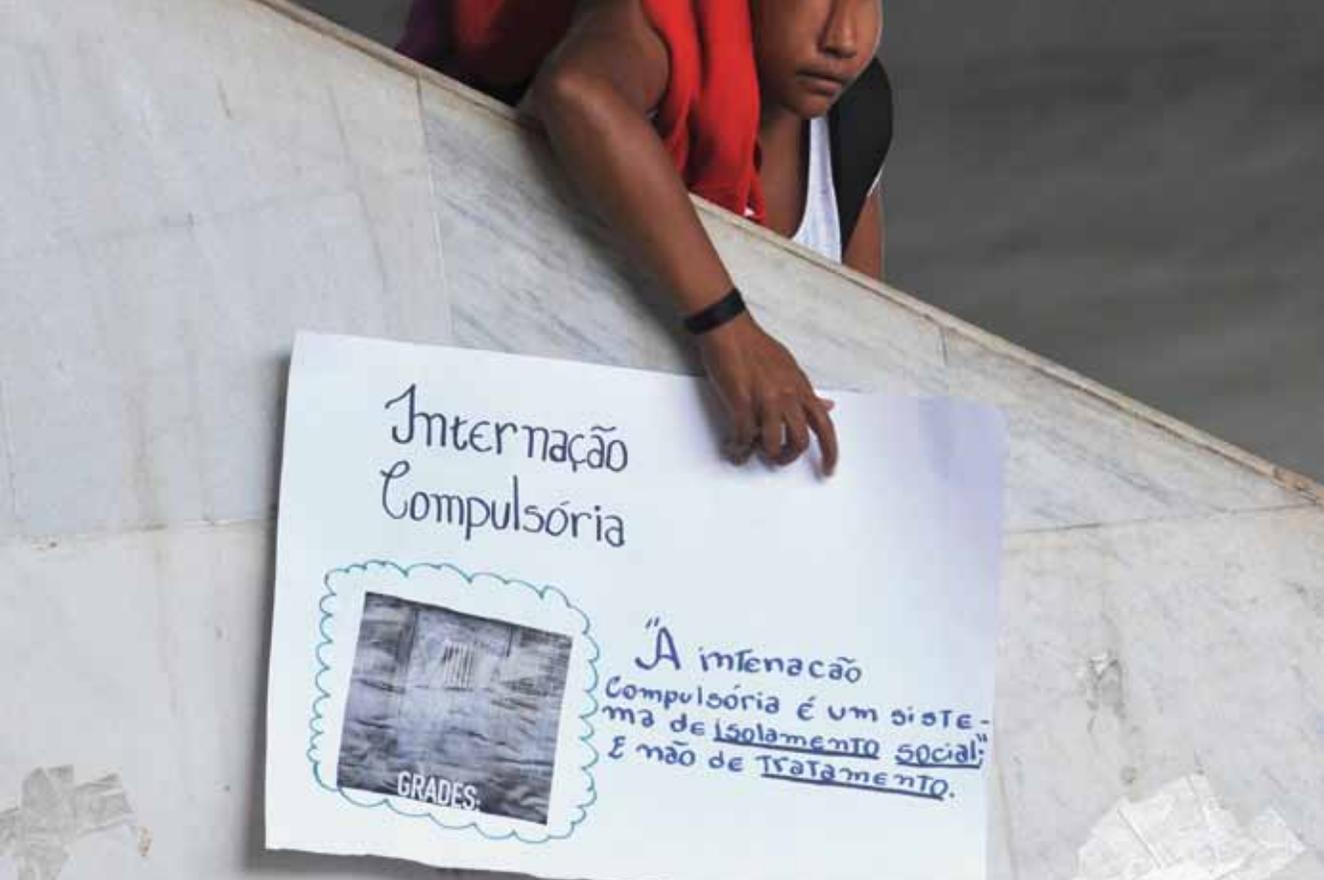
O Xerife da ‘Ordem’

Um dos artífices do ‘Choque de Ordem’ foi Rodrigo Bethlem, que comandou por dois anos a Secretaria de Ordem Pública (SEOP), idealizada por Paes antes mesmo de assumir a prefeitura. Bethlem foi escolhido para o posto por seu currículo, que incluía a coordenação

das operações Copabacana, Ipabacana e Barabacana, políticas implementadas pelo governo do estado em bairros nobres da capital, e que se tornaram célebres pelo recolhimento compulsório durante as madrugadas de crianças e adultos em situação de rua. À frente da SEOP, o secretário driblou as críticas e até mesmo as acusações de envolvimento com milícias e ganhou prestígio na Prefeitura, sendo alcunhado por parte da imprensa como “xerife” da cidade.

No início de 2011, uma alteração chamou a atenção de entidades que atuam no campo da assistência e da saúde: Rodrigo Bethlem, que é economista, tem uma formação voltada para o mercado financeiro, e não tinha nenhuma experiência ou acúmulo nos debates sobre assistência e saúde, assumiu a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), onde permaneceu até 4 de junho de 2012, data em que pediu exoneração para colaborar na campanha à reeleição do atual prefeito. Para além de sua completa inexperiência, profissionais e militantes da área afirmavam que sua defesa de políticas rígidas de repressão e de controle dos espaços públicos se chocava com diretrizes que apontavam para a construção de uma rede multidisciplinar e integrada de equipamentos de assistência e saúde.

A preocupação se mostrou pertinente. Foi na gestão de Bethlem que, sob pretexto de combater uma supos-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM / AG. BRASIL - DEZ 2011

ta “epidemia” de uso de crack, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) lançou, em maio de 2011, um novo protocolo de abordagem a pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. A medida, que ficou conhecida como Resolução no. 20, instituiu o recolhimento compulsório de crianças e adolescentes que, “na avaliação de especialistas”, estivessem “comprometidas” pelo uso de drogas psicoativas.

Acolhimento Compulsório?

Assim como o CRP manteve sua postura crítica em relação à política do ‘Choque de Ordem’, desde o início denunciámos, junto com estudiosos, profissionais, militantes e outros conselhos regionais das áreas de saúde e assistência, a política de recolhimento compulsório da Prefeitura do Rio, por contrariar princípios básicos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nas políticas de Saúde, Saúde Mental e Assistência Social, e em outras normativas nacionais e internacionais.

Ainda em 2011, em parceria com o conselho regional de Serviço Social (CRESS-RJ), Enfermagem

(COREN-RJ) e Nutrição (CRN-RJ), o CRP realizou fiscalizações em equipamentos direcionados para a aplicação desta política. Foram identificados, dentre outros problemas, ausência de ações inter-setoriais, medicalização excessiva dos abrigados, prejuízo da convivência familiar e comunitária, e dificuldade de acesso aos abrigos devido à localização distante dos centros urbanos.

Diante das críticas e denúncias, a Prefeitura tomou apenas uma medida: deixou de usar o termo ‘recolhimento compulsório’, passando a usar o conceito, também questionável, de ‘acolhimento compulsório’. “É contraditório. ‘Acolhimento’ e ‘Compulsório’ são palavras inconciliáveis”, disse o conselheiro do CRP Lindomar Darós (CRP 05/20112) em audiência sobre o uso de crack por crianças na Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), em maio deste ano. “A prefeitura ignora que acolhimento se faz somente com a construção de vínculos e respeitando o ‘tempo’ do usuário. ‘Recolhimento’ é uma medida fascista e compulsória, que encara as pessoas como coisas”.

Orientação religiosa fere Estado laico

Um dos aspectos que mais preocuparam as entidades que fizeram as fiscalizações aos abrigos foi a orientação religiosa dada ao tratamento nos estabelecimentos. Apesar de ter sido informado às equipes de fiscalização que a organização não era religiosa e que o trabalho não se dava a partir de uma perspectiva teológica, foi verificada a ocorrência de diversas regras e mensagens que remetiam à prática religiosa.

“Estes aspectos estão em desacordo com a prerrogativa de laicidade do Estado e de suas políticas pú-

blicas, mesmo quando essas políticas estão sendo executadas por organizações não governamentais”, afirma o texto do relatório.

A chamada metodologia dos 12 passos, usadas em todos os abrigos e com teor fortemente espiritual e religioso, é questionada por especialistas e não é reconhecida por políticas públicas de saúde. “A metodologia dos 12 passos, em que o despertar espiritual passa a ser a principal forma de tratamento, junto de uma medicação excessiva, é algo que o Ministério da Saúde jamais recomendaria”, afirma o presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, deputado estadual Marcelo Freixo.

No mesmo mês em que a audiência sobre crianças e crack foi realizada, o CRP, em ação conjunta com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ), o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/RJ), o Comitê e o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura da ALERJ, além da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ e do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da PUC-Rio, realizou novas ações de fiscalização em quatro estabelecimentos vinculados à Casa Espírita Tesloo, instituição religiosa espírita conveniada com a Prefeitura, que recebe crianças e adolescentes recolhidas compulsoriamente em situação de rua. O relatório destas ações, recém divulgado, reafirma e avança nas análises feitas anteriormente pelo Conselho.

Isolamento

A privação do contato e do convívio familiar e comunitário foi o primeiro aspecto que chamou a atenção da equipe de fiscalização. Os “abrigos especializados” da Prefeitura – como são chamados – que foram vistoriados estão todos na zona oeste, nos bairros de Campo Grande e Guaratiba, mas recebem crianças e adolescentes recolhidas compulsoriamente em diversas áreas da cidade, a até 60 km de distância do local. A própria equipe de fiscalização relatou dificuldades para encontrar os estabelecimentos, que estão localizados em endereços de difícil acesso.

Para piorar a situação de isolamento, há uma limitação para contato telefônico com a família que varia entre apenas um ou dois dias por semana, dependendo do abrigo, bem como apenas um ou dois dias para visitação. As crianças e adolescentes passam o dia inteiro no abrigo e ficam proibidos até mesmo de ir à escola.

Medicalização descontrolada

O uso de medicamentos foi outro fator observado. Recentemente, a Defensoria Pública visitou a Casa Ser Criança, um dos abrigos fiscalizados, em Guaratiba, e encontrou um adolescente de 15 anos com claros sinais de dopação. O garoto estava ali havia três dias, mas ainda não havia sido sequer avaliado por um médico. Questionados, funcionários do estabelecimento disseram que a medicação havia sido prescrita por telefone.

O relatório constatou a “medicalização diária e generalizada de seus abrigados” não apenas naquela unidade, mas nas quatro instituições vistoriadas. As equipes foram informadas que os garotos abrigados tomam, por padrão, quatro tipos diferentes de medicamentos diariamente, além de injeções compostas por Haldol e Fenegan (os chamados ‘SOS’ ou ‘Sossega Leão’), caracterizando a prática recorrente de contenção química das crianças e adolescentes. Além disso, constatou-se que os mesmos medicamentos são usados na mesma dosagem em meninos de diferentes idades e complexões físicas, sem que tampouco sejam levados em conta aspectos psicológicos e socioculturais.



Falta de informação

O uso de medicamentos e a falta de avaliação médica se somam à total falta de informação consolidada sobre os efeitos do tratamento. Não há relatórios sobre a evolução clínica dos garotos. A única clareza que se teve, através de relatos de funcionários, é que o número de reincidências no tratamento é altíssimo. Relatos dão conta de crianças que foram recolhidas compulsoriamente por até três vezes em um curto espaço de tempo, bem como de crianças que ficam três meses em um dos estabelecimentos (tempo máximo de permanência) e que, em seguida, são transferidos para outro da mesma organização gestora, sem que para isso haja avaliação e justificativas técnicas.

‘Internação’ ou ‘abrigo’?

A partir destes fatos e das entrevistas realizadas com gestores e funcionários, a principal conclusão do relatório é a de que existe na política da prefeitura uma “confusão deliberada” entre ‘internação’ e ‘abrigo’, isto é, entre tratamento clínico para usuários de álcool e outras drogas e assistência social. “Esses ‘abrigos especializados’ são registrados nos órgãos e conselhos de assistência, e não naqueles de saúde. No entanto, há uma sobreposição do tratamento à dependência química em relação ao acolhimento socioassistencial”, diz o texto do documento, que afirma que “isso parece ser confuso inclusive para os trabalhadores desses locais”.

A volta do modelo manicomial

Para Alice De Marchi (CRP 05/38379), colaboradora do CRP que participou das fiscalizações e da elaboração do relatório, a concentração destes diferentes aspectos em um único equipamento representa um retrocesso nas políticas de Assistência Social e de Saúde Mental: “Essa é a própria lógica da instituição total, encontrada em manicômios, na antiga FEBEM, em presídios”, afirma, destacando também o caráter de privação de liberdade encontrado nos estabelecimentos que foram fiscalizados. “A política de recolhimento compulsório flerta perigosamente com o modelo manicomial de institucionalização e exclusão do convívio social”, reforça.

Em audiência pública no dia 12 de junho, organizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALERJ para apresentar o relatório, a psicóloga explicou que as diretrizes das políticas de saúde e assistência já apontam para o fortalecimento de uma rede composta por diversos estabelecimentos e equipamentos intersetoriais, multidisciplinares e articulados entre si. “Estamos falando dos CRAS e CREAS, dos CAPS, CAPS AD e CAPSIs, das unidades de acolhimento, dos consultórios de rua, dos abrigos, casas de passagem e repúblicas, dos programas de família acolhedora, de Saúde da Família, de Agentes Comunitários de Saúde, dos ambulatórios de hospitais, entre outros projetos, serviços e equipamentos que já existem e que foram desenvolvidos e aprimorados no âmbito das conferências nacionais de saúde, saúde mental e assistência, fóruns competentes para a proposição de políticas públicas para a área”.

Violações de diretrizes e preceitos legais

Para ela, devido à resolução no. 20, estes equipamentos têm sido negligenciados no tratamento a usuários de álcool e outras drogas e na assistência à população em situação de rua no Rio de Janeiro, em claro descumprimento de diretrizes de políticas do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) – como é o caso, por exemplo, da Política para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas e das portarias 224/1992 e 336/2002, do Ministério da Saúde. “O município do Rio de Janeiro possui apenas três CAPS AD e cinco CAPSIs. A prefeitura não encara a questão das drogas como questão de saúde pública, e a rede existente não consegue dar conta da demanda”, diz Alice, cobrando investimentos e incentivos.

A doutora Eufrásia Maria Souza das Virgens, titular da Coordenadoria de Defesa da Criança e do Adolescente da Defensoria Pública do Rio de Janeiro lembrou na audiência que o município já foi condenado pela Justiça, em Ação Civil Pública de 2002 impetrada pelo Ministério Público Estadual, por não possuir serviço de saúde adequado para usuários de drogas. Eufrásia informou ainda que a Defensoria Pública entrou com ação em 2011 questionando a legalidade da Resolução no. 20 e pedindo o cumprimento da Deliberação 763/2009, emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), órgão vinculado à própria SMAS, que instituiu a Política Municipal de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, estabelecendo “diretrizes baseadas na intersectorialidade das Políticas Públicas” e resgatando uma série de marcos legais que devem reger as políticas de assistência a crianças e adolescentes.

“O chamado ‘acolhimento compulsório’ é uma figura jurídica inexistente, e ‘abrigo’ não implica privação de liberdade”, disse Eufrásia. “A prefeitura deve se lembrar que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos. A Resolução no. 20 afronta não apenas a Deliberação 763, mas a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especificamente em seu artigo 11”.

A exceção que virou regra

Militante da Luta Antimanicomial, o psiquiatra e pesquisador Edmar das Oliveiras, também compondo a mesa da audiência pública do dia 12 de junho, foi enfático: “A Lei 10.216/2001 (lei da Reforma Psiquiátrica) está sendo ferida de morte”, disse. “A

MINISTÉRIO DA SAÚDE



Recolhimento Compulsório de usuários de drogas em situação de rua ignora resoluções e políticas elaboradas nas conferências de saúde

Contratos da Tesloo somam R\$ 67 milhões

Os quatro estabelecimentos fiscalizados para o relatório sobre recolhimento compulsório foram a Casa Ser Adolescente, o Centro de Dependentes Químicos Casa Ser Criança, o Centro de Atendimento à Dependência Química Dr. Bezerra de Menezes e o Centro de Atendimento à Dependência Química Dr. Manoel Philomeno de Miranda. Todos são gerenciados pela Casa Espírita Tesloo, uma organização não governamental, e estão localizados na zona oeste, nos bairros de Campo Grande e Guaratiba.

Presente na audiência pública de lançamento do relatório, a vereadora Andrea Gouvêa Vieira

informou que seu mandato está investigando os contratos da Tesloo com a prefeitura, que, segundo ela, somariam cerca de 40 milhões de reais. No entanto, dados do Tribunal de Contas do Município registram 67,2 milhões de reais em contratos firmados entre 2009 e junho de 2012.

A Casa Espírita Tesloo é dirigida por um policial militar reformado e por sua família. Para Tiago Régis, assessor de políticas públicas do CRP-RJ, este pode ser considerado um dos indícios de que a política de recolhimento compulsório ignora diretrizes e políticas do campo da Saúde e da Assistência Social, mas flerta com a lógica da Segurança Pública.

lei já prevê e regulamenta internações voluntárias, involuntárias e compulsórias, sendo que estas últimas dependem exclusivamente de determinação do Poder Judiciário”, afirmou o médico.

“As ações, além de violarem políticas públicas e marcos legais, não têm qualquer embasamento técnico e político, nem resolutividade do ponto de vista clínico”

Rafael Dias

O Consultor da Política Nacional de Humanização (PNH) do Ministério da Saúde, Iacã Macerata (CRP 05/38806), concorda. “A prática da internação compulsória é uma ação antiga no âmbito da assistência social, do conselho tutelar, juizado da criança e do adolescente, para crianças e adolescentes. Porém ela era realizada depois do fracasso de todas as estratégias, servindo de medida de proteção, sendo um trâmite judicial aplicado caso a caso. No Rio a exceção foi feita regra geral”, explica o psicólogo, que estuda políticas sobre população de rua. “Anteriormente, a internação só era solicitada após meses de tentativas com determinado caso, e quando a situação da criança e adolescente era comprovadamente de extremo risco”, completa.

Além de tudo, ineficaz

Iacã aponta para a ineficácia da política de recolhimento compulsório. “A saída da rua deve ser em primeiro lugar uma alternativa dada à pessoa, em um processo que envolve uma relação de cuidado baseada na vinculação e a construção de uma série de outras alternativas”, diz, lembrando do alto nível de reincidência constatado nos ‘abrigos especializados’ vistoriados em maio. “A simples retirada da rua costuma resultar na volta da pessoa à rua após a internação, cronificando ainda mais sua situação,

já que o que se produz é mais um ‘fracasso’ na vida da pessoa”, completa.

O pesquisador também cobra investimentos públicos: “Vemos muito dinheiro sendo injetado nestas ações de recolhimento, mas vemos pouquíssimo recurso sendo destinado à construção de redes de políticas públicas que permitam construir condições efetivas de mudança na vida das pessoas em situação de rua”, denuncia. “Nessa política, a permanência fora da rua só se sustenta enquanto a pessoa estiver internada ou presa”.

Na opinião de Iacã, o uso abusivo do crack, neste contexto, é encarado como a causa do problema, quando a realidade mostra que é apenas um efeito diante de um conjunto de problemas. Rafael Dias (CRP 05/40094), representante do CRP no Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, concorda: “A prefeitura do Rio não aborda de modo consistente o uso de crack. A falta de incentivos a equipamentos como os CAPS AD e os Consultórios de Rua são exemplos evidentes disso”, diz o pesquisador. “O que vemos é que as ações de recolhimento compulsório empreendidas, além de violarem políticas públicas e marcos legais, não têm qualquer embasamento técnico e político, nem resolutividade do ponto de vista clínico”.

Interesses econômicos

Mas, afinal, diante das críticas e denúncias de profissionais, entidades, militantes e pesquisadores da área da saúde, diante da inconsistência técnica e da ineficácia de tais ações, o que motivaria então a Prefeitura a insistir nessa política?

Para Rafael Dias, a resposta requer uma análise mais complexa, mas passa por interesses econômicos. “A prefeitura, junto com diversos setores, difunde um pânico moral em torno da questão do crack para levar a cabo uma política higienista que é regida pelo segregacionismo das classes mais altas e pelos interesses de grupos ligados à especulação imobiliária, ao comércio, à indústria do turismo, entre outros”, diz, atribuindo o endurecimento de políticas repressivas e elitistas à preparação da cidade para realização da Copa do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos. “Esses eventos são grandes oportunidades de negó-

cios para certos grupos empresariais. É um modelo de cidade que requer a produção de mais controle e aprisionamento”, diagnostica.

Diversas falas convergem para a avaliação de Dias. Para Iacã Macerata, “a rua coloca questões insuportáveis para a lógica hegemônica da cidade, onde os governantes são apenas a representação de um desejo xenofóbico de parte da população de ver a cidade ‘limpa’”. O pesquisador também cita a força do mercado imobiliário, as transformações urbanas levadas a cabo para os megaeventos esportivos e o “apelo da própria população em se ver livre a qualquer custo dos ‘indesejáveis”.

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, deputado Marcelo Freixo, “essa é uma política que atende à lógica da ordem, que é elitista e busca invisibilizar o outro. A preocupação maior é com a rua e não com as pessoas”. Edmar das Oliveiras é ainda mais direto: “Não se faz a inclusão de ninguém com ações repressivas. A política de recolhimento compulsório é a ‘limpeza’ da área para a Copa e as Olimpíadas”, diz.

“O recolhimento compulsório é a ‘limpeza’ da área para a Copa e as Olimpíadas.”

Edmar das Oliveiras

Tiago Régis, assessor de políticas públicas do CRP-RJ resume as análises: “As ações de recolhimento compulsório e de enfrentamento ao uso do crack no Rio de Janeiro não se guiam pelo campo da Saúde, da Assistência ou dos Direitos Humanos. Políticas e saberes historicamente construídos nestas áreas são arbitrariamente ignorados”, diz. “O recolhimento compulsório da Prefeitura de Eduardo Paes e do ‘xerife’ Rodrigo Bethlem segue uma perspectiva de cidade em que o ‘marketing urbano’ impõe-se como uma esfera determinante nos processos de planejamento e gestão urbana. Para poder melhor apresentar ao grande mercado global o seu ‘produto’ - neste caso, a cidade - é preciso dar-lhe uma boa ‘aparência’, reordená-lo, ‘embelezá-lo””, completa Tiago, comentando que esta é a mesma lógica da política do ‘Choque de Ordem’, da Secretaria de Ordem Pública.

A diferença é que, em lugar de cadeiras de praia, caixas de isopor e carrinhos de mão, a Secretaria Municipal de Assistência Social tem recolhido pessoas. 🌐

PRA ENTENDER MELHOR:

POLÍTICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA A ATENÇÃO INTEGRAL A USUÁRIOS DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS
http://bit.ly/PoliticaMS_AD

DELIBERAÇÃO 763/2009 (CMDCA/SMAS) - INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA
<http://bit.ly/Deliberacao763>

PORTARIA N.º 336/2002 – MINISTÉRIO DA SAÚDE
<http://bit.ly/Portaria336>

PORTARIA N.º 224/1992 – MINISTÉRIO DA SAÚDE
<http://bit.ly/Portaria224>

O passado, o presente e o futuro

EVENTO NO RIO UNIU FAMILIARES DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE BRASIL E ARGENTINA; RELATÓRIO DA ONU AFIRMA QUE “A PROIBIÇÃO DA TORTURA É AMPLAMENTE IGNORADA” EM NOSSO PAÍS

Gustavo, filho de Nora, era um militante político argentino que desapareceu em 1977, quando foi sequestrado em uma estação de trem de Buenos Aires, indo para o trabalho. Andreu, de Deize, era um adolescente de 17 anos que tinha acabado de noivar e de receber seu primeiro salário como garçom, quando foi detido no réveillon de 2007 por furto e levado ao Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (Degase).

Não se sabe ao certo o que aconteceu a Gustavo. Seu corpo nunca foi encontrado, os responsáveis pelo seu desaparecimento não foram identificados. No caso de Andreu, pelo menos 11 jovens testemunharam a sessão de tortura a que foi submetido. O garoto passou uma hora e meia sendo espancado com pedaços de pau, mesas e cadeiras, e foi asfixiado com um saco plástico. Quando já cuspiam sangue, um agente chegou a esfregar sabão em pó no seu rosto repetidas vezes. Andreu morreu às 9h do primeiro dia de 2008.

As histórias de Gustavo e Andreu são as histórias de Nora e Deize, mulheres que dedicam suas vidas à luta pela justiça, contra a tortura e a violência de Estado. Nora Cortiñas, uma senhora argentina que vive em Buenos Aires, é uma das fundadoras das Madres de la Plaza de Mayo, grupo político de mães que tiveram seus filhos desaparecidos e mortos durante a ditadura militar na Argentina. Deize da Silva de Carvalho, moradora do morro do Cantagalo, favela na zona sul do Rio de Janeiro, faz parte da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, organização de familiares de vítimas de violência praticada por agentes de Estado, especialmente policiais e agentes penitenciários fluminenses.

Durante a Cúpula dos Povos, em junho, a atividade “Mães do Brasil e da Argentina em luta por Memória e Justiça”, organizada pelo Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM-RJ) e por outras organizações da sociedade



O filho de Deize, Andreu, foi torturado até a morte no DEGASE

civil, uniu as duas mãos e os dois movimentos, e refletiu a pauta de juristas e grupos de direitos humanos que reivindicam a elucidação de crimes praticados pelos Estados durante épocas de ditadura como forma de restituir a memória e a verdade, de reparar o sofrimento de pessoas como Nora e de evitar e combater que práticas violentas e criminosas permaneçam sendo usadas - e encobertas - por agentes públicos, como aconteceu com o filho de Deize.

Casa da Morte

Notícias publicadas recentemente dão força ao debate. Em entrevista ao jornal O Globo de 24 de junho de 2012, o tenente-coronel reformado Paulo Malhões descreveu com detalhes a rotina da “Casa da Morte”, um aparelho clandestino para a prática de tortura, mantido em Petrópolis pelo Centro de Informações do Exército (CIE), onde podem ter sido executados pelo menos 22 militantes. O militar – que hoje vive em uma chácara na Baixada Fluminense e chegou a ser suplente de vereador por Nova Iguaçu por sua fama de “justiceiro” – afirmou que outros locais também foram utilizados para a mesma finalidade.

A “Casa da Morte” é um exemplo de que medidas de reparação nem sempre têm o devido apoio de órgãos públicos competentes. Há vários anos, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis,

juntamente com outras organizações da sociedade civil, apresentaram proposta para que a casa, na Rua Arthur Barbosa 668, seja desapropriada e tombada para dar lugar a um Centro de Memória, Verdade e Justiça. No entanto, o projeto está paralisado no município, aguardando recursos do governo federal.

Cresce apoio à tortura

Medidas simbólicas como essa não prometem solucionar o problema, mas têm o poder de expor a barbárie dos anos de chumbo e de reafirmar na sociedade a cultura de repúdio absoluto à prática da tortura. Pesquisa feita em 2010 e divulgada recentemente pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) mostrou que, em dez anos, na contramão destas propostas, caiu o número de pessoas que são totalmente contrárias à aceitação, em processos judiciais, de provas obtidas com tortura. Se em 1999, 71,2% dos brasileiros eram totalmente contrários à tortura e 28,8% concordavam totalmente ou em parte, dez anos depois a proporção passou a ser de 52,5% e 47,5%, ou seja, quase metade dos brasileiros ouvidos apoiam, em algum grau, a tortura para obtenção de provas criminais.

A pesquisa mostrou ainda números preocupantes com relação à ação policial: o número de pessoas que discordam totalmente do ato de atirar em suspeito caiu de 87,9% para 68,6%, e da agressão de suspeito caiu de 88,7% para 67,9%. Já os favoráveis à pena de morte ou prisão perpétua para o crime de estupro chegou a 74%. “Esses números refletem o avanço de uma cultura punitiva e repressora que autoriza a prática da violência pelo Estado” avalia Isabel Lima (CRP 05/31924), representante do CRP-RJ no Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. “É fundamental que o Estado atue com políticas públicas que reafirmem os direitos humanos e o combate à prática de tortura”, diz.

ONU: “Proibição da tortura é ignorada”

A prevalência da tortura no Brasil do passado e do presente permanece sendo objeto de preocupação de distintos organismos internacionais, como a OEA e a ONU. O relatório do Subcomitê de Prevenção da Tortura da ONU (SPT), divulgado pelo governo brasileiro em junho (somente após quatro meses de pressão de organizações de direitos humanos), afirma que “a proibição da tortura é amplamente ignorada” no Brasil e reconhece que o marco legal brasileiro sobre tortura é adequado, mas não é devidamente implementado. “O SPT preocupa-se com a lacuna existente entre o aparato jurídico e

sua aplicação na prática, uma vez que a maioria das garantias e dos direitos dispostos na legislação nacional são amplamente ignorados”, diz o texto do documento, que se baseou em visitas a presídios e centros de detenção realizadas em setembro.

Na Cúpula dos Povos, Deize de Carvalho relatou as dificuldades que encontrou em sua busca por justiça. “Lutei como pude pela exumação do corpo do meu filho. Quando finalmente consegui, um dos fatos que se constatou foi a marca de uma barra de ferro ou de algo semelhante em sua cabeça. Quando soube, me senti traída pela Justiça”, contou a mãe, lamentando as tentativas de agentes públicos de dissuadirem suas intenções e encobrirem o crime. “Vejo com muita decepção o corporativismo nas polícias e na Justiça. A lei deveria valer para todos”, disse Deize, citando em seguida casos recentes de abuso e violência policial em favelas com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), como o próprio morro do Cantagalo, onde mora.

Estado não cumpre tratados internacionais

A “lacuna” citada pelo relatório da ONU é perceptível não apenas na não aplicação devida da legislação pelo Judiciário, mas também no não cumprimento de determinações internacionais respaldadas por tratados ratificados pelo Estado brasileiro. Exemplo disso é a sentença da OEA contra o Brasil no caso da Guerrilha do Araguaia, que recomenda a revisão da interpretação da Lei de Anistia. A lei tem sido usada por setores conservadores da sociedade e da

Justiça como argumento para impedir a divulgação de documentos da época da ditadura e a abertura de inquéritos sobre crimes cometidos por agentes públicos no período.



Ontem e hoje: Nora Cortiñas e mães da Rede Contra a Violência

Outro caso emblemático é o processo de criação do Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura, compromisso assumido pelo Brasil em 2007, ano em que o país ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura. O Projeto de Lei só foi assinado pela Presidenta da República em setembro de 2011 – justamente por ocasião da visita ao Brasil do SPT – e sua redação tem recebido duras críticas das organizações que acompanham o tema, por ferirem a autonomia do Mecanismo Nacional no monitoramento dos espaços de privação de liberdade e diminuir a participação da sociedade civil na escolha dos membros que irão compor esse instrumento.

“A sociedade deve estar atenta à implementação das recomendações feitas ao governo brasileiro para o enfrentamento à tortura. Todo tipo de pressão ajuda a garantir a efetividade destas medidas”, diz Isabel Lima, que também é pesquisadora da Justiça Global.

Lutando pelo futuro

No Rio, foi a pressão da sociedade civil que garantiu a criação do Comitê e do Mecanismo estaduais para a Prevenção e Combate à Tortura. Em maio deste ano, em comemoração ao aniversário de um ano de trabalho destes organismos – que são vinculados à ALERJ – foi organizado o seminário “Os desafios para o enfrentamento à tortura” com o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Tribunal de Justiça do Rio, do Núcleo de direitos Humanos da Defensoria Pública e da OAB/RJ. Nos debates, obviamente, medidas de investigação e reparação dos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar foram consideradas.

São medidas, no entanto, que ainda recebem muita resistência por parte dos setores conservadores que atuam nos espaços políticos, no Judiciário e nos meios de imprensa. Há aqueles que dizem que investigar e divulgar os crimes da ditadura é “reabrir feridas cicatrizadas”, é “viver no passado”. A estes, Nora Cortiñas, mãe da Plaza de Mayo, deixa um recado, com a emoção de quem ainda tem suas feridas expostas: “Não estamos no passado, estamos lutando por toda a verdade, toda a justiça e toda a memória. Não há perdão, não há esquecimento.”

INFORMES / www.crprj.org.br

Medicalização de alunos vira lei no Rio

O Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade manifestou em nota seu repúdio à sanção do prefeito Eduardo Paes, em maio, da Lei nº 5416, que obriga profissionais de educação a encaminharem à rede de saúde alunos que supostamente têm o chamado Transtorno do Déficit de Atenção (TDA) e que disponibiliza medicamentos para esses casos. “A quem interessa isso?”, questiona a nota, em referência às indústrias farmacêuticas. Uma petição está circulando na internet contra a aprovação da lei. Assine no site do CRP-RJ.

Relatório sobre Avaliação Psicológica

Baixe no site do CRP-RJ o Relatório Final do Grupo de Trabalho Regional do Ano Temático da Avaliação Psicológica. O documento traz um resumo dos debates feitos durante o ano de 2011 sobre o tema.

‘Cura Gay’: Justiça mantém resolução do CFP

O Tribunal Regional Federal (TRF) indeferiu no dia 23 de julho mais uma tentativa de anulação da Resolução nº 01/99 do CFP, que impede que psicólogos atuem em serviços e eventos que proponham tratamento e ‘cura’ para a homossexualidade. O pedido negado havia sido feito pelo MPF.

Inquirição é tarefa de polícia!

No dia 9 de julho, a Justiça suspendeu a Resolução 10/2010 do CFP, que regulamentava a escuta psicológica de crianças e adolescentes em situação de violência. Com a decisão, psicólogos ficam obrigados a participar de inquirições judiciais. O CFP divulgou nota e vai recorrer da decisão. Saiba mais no site do CRP-RJ.

CRP-RJ repudia contratação em Campos

O CRP lançou nota de repúdio ao Edital n.01/2012 de contratação para a Secretaria de Assistência Social de Campos. O edital foi publicado em maio de 2012 sem a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), apesar de a secretária municipal ser também presidenta do conselho. Veja a nota do CRP-RJ e a nota de entidades da sociedade civil que compõem o CMAS no site e entenda o problema do edital.

Ameaças ao GTNM/RJ

A sede do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/RJ) foi invadida no dia 19 de julho. O grupo atua há 27 anos na luta pela memória, justiça e verdade nos tempos da ditadura civil-militar (1964 – 1985). “Foram furtados documentos e R\$ 1.567. Não tememos estas ameaças, elas não nos intimidarão e não nos farão recuar em nossa luta”, afirmou o GTNM/RJ em nota.

CinePsi Baixada

No mês de agosto, o CinePsi da Baixada Fluminense completou dois anos de funcionamento. O projeto propõe debates a partir da exibição de filmes. Nos próximos meses os temas serão “Diversidade Sexual” (Set.), “A Psicologia e o Idoso” (Out.) e “Relações Raciais” (Nov.). O CinePsi acontece às segundas quintas-feiras do mês, na Subsede do CRP-RJ, no Centro de Nova Iguaçu. Mais informações: (21) 2768-0007.

Assembléia Orçamentária

O CRP-RJ convoca os profissionais da área a comparecer na Assembléia Orçamentária, que ocorrerá no dia 27 de setembro. A primeira convocação será às 18h30 e a segunda às 19h. Está em pauta a aprovação da anuidade do ano de 2013 e a prestação de contas do ano de 2011. Veja o demonstrativo de resultados de 2011 no site do CRP.

Restituição da Anuidade

Se você pagou a anuidade de 2012 em janeiro ou fevereiro sem o desconto correspondente, provavelmente terá direito a uma restituição. Confira em nosso site. <http://www.crprj.org.br/restituicao>



DAFNE CAPELLA | CDH/ALERJ | ABRIL 2009

Presídio lotado, saúde esvaziada

AUMENTO DE TUBERCULOSE E OUTRAS DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS ENTRE PRESOS REFLETE O ABANDONO DA SAÚDE NOS PRESÍDIOS E CARCERAGENS DO RJ

Em setembro de 2003, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), que previa a implantação de unidades básicas de saúde nos estabelecimentos penais e mais uma série de medidas a serem adotadas pelos estados, municípios e pelo governo federal, foi aprovado pelo Ministério da Saúde. Além de diretrizes para as políticas de atenção à saúde de pessoas privadas de liberdade, o Plano garantiu o repasse de recursos federais destinados ao investimento na infra-estrutura necessária para atenção básica, média e de alta complexidade médica.

Com o Rio de Janeiro, estado que atualmente tem uma população carcerária de 30.282 pessoas, não foi diferente. No entanto, no final de 2011, o estado teve o repasse de verbas do governo federal interrompido em função da má-administração e da falta de prestação de contas destes recursos. O corte representou perda de 12 milhões de reais, retidos no Fundo Estadual de Saúde, que deveriam ser integralmente investidos na assistência à saúde

pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP).

De fato, a situação constrangedora que o Rio passou não foi à toa. Profissionais que atuam no sistema penitenciário denunciam há muito tempo o descaso do governo com a saúde dos internos em suas unidades prisionais. Em abril deste ano, em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, foram apresentados números alarmantes que atestam a falta de profissionais de saúde no sistema penitenciário, a precariedade de suas condições de trabalho, a superlotação, a insalubridade das instalações prisionais e o consequente aumento de doenças e das taxas de mortalidade de presos.

Uma morte a cada dois dias

Para que se tenha uma idéia da gravidade da situação, a taxa de mortalidade de detentos dobrou no período de um ano, subindo de 0.25/1 mil presos em fevereiro de 2011 para 0.53/1 mil no mesmo mês em 2012, quando foi registrada uma morte de preso a cada dois dias nos ambulatórios de saúde do sistema. Uma das principais causas para isso foi a propagação de doenças infecto-contagiosas, sendo o aumento de casos de tuberculose o que mais preocupa.

A doença é encontrada em um a cada 20 presos, o que significa uma taxa de frequência 36 vezes maior que a média da população no estado do Rio, e 68 vezes maior que a média nacional. A taxa de cura, que chegou a ser de 80%, caiu para 30% em 2011, nível considerado “vergonhoso” pela médica coordenadora do Programa de Tuberculose da Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP) e integrante do Fórum Permanente de Saúde no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (FPSSP-RJ), Alexandra Sanchez, que destacou a contradição entre o aumento de 25% da população prisional entre 2009 e 2012 e a diminuição de 38% das consultas realizadas para diagnóstico da tuberculose.

Os dados refletem a falta de profissionais de saúde e a superlotação dos espaços de privação de liberdade. A população carcerária do estado está 26% acima da capacidade das unidades prisionais. No entanto, o quadro de profissionais de saúde, que em 1995 contava com 1.200 pessoas, foi reduzido para 700 funcionários em 2011.

Hoje há apenas dois médicos atuando no Sanatório Penal, em Bangu, unidade destinada ao tratamento das doenças pulmonares. Eram 11 médicos em 2005.

Valorização da equipe técnica

Para Marcia Badaró (CRP-05/2027), que representa o Conselho Regional de Psicologia no Fórum de Saúde no Sistema Penitenciário, a saída seria justamente a valorização da equipe técnica de saúde, com a implantação do Plano de Cargos e Salários que se encontra engavetado há 2 anos na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), além da melhoria das condições de trabalho e a contratação de novos profissionais via concurso público para estatutário.

A psicóloga, que em maio esteve no 1º Encontro Nacional de Gestores em Saúde no Sistema Prisional, em Brasília, critica a política de privatização do serviço levada a cabo pelo governo do estado através da contratação temporária de profissionais via Organizações Sociais (OS): “Na prática, significa a precarização do trabalho. Há um investimento na capacitação desses profissionais para atuação nas equipes de atenção básica em saúde mas, pouco tempo depois, eles são desligados em razão do término do contrato, prejudicando a continuidade do trabalho”, explica. “A idéia dos Ministérios da Saúde e da Justiça é transformar o Plano em uma Política de Saúde no sistema prisional, seguindo os princípios do SUS, e não se faz uma política com interrupções dessa natureza. Ela requer continuidade das ações. É dinheiro jogado fora e as pessoas presas continuam desassistidas.”

Márcia ressalta o protagonismo do FPSSP-RJ na tarefa de fiscalização e acompanhamento das ações definidas na audiência pública, tais como o remanejamento emergencial de cinco médicos para o Sanatório Penal – o que ainda não aconteceu – e a articulação de uma frente parlamentar para pressionar o governo a encaminhar o Plano de Cargos e Salários para aprovação na ALERJ.

No dia 21 de agosto, um seminário organizado pelo FPSSP deverá reunir gestores e servidores de saúde que atuam no sistema prisional. A intenção é discutir com os atores locais e com o coordenador da área técnica de saúde no sistema prisional do Ministério da Saúde, Marden Marques Soares Filho, a proposta da Política de Saúde para o sistema penitenciário, que vai determinar as ações dos estados e municípios a partir da parceria do sistema penitenciário e das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. 

VAI LÁ:

FÓRUM PERMANENTE DE SAÚDE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
http://bit.ly/FPSSP_RJ

PRA ENTENDER MELHOR:

PLANO NACIONAL DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO
<http://bit.ly/PlanoNacionalSSP>

O medicocentrismo

GUSTAVO MEHL



PROFISSIONAIS DE SAÚDE SE MOBILIZAM CONTRA O PL QUE AMEAÇA SUBORDINAR DIAGNÓSTICOS E TRATAMENTOS AO SABER MÉDICO
EM MARÇO, JUSTIÇA DETERMINOU QUE APENAS MÉDICOS PODEM USAR A PRÁTICA DA ACUPUNTURA EM SEUS TRATAMENTOS

Quem passava pelo Largo da Carioca no dia 30 de maio certamente ficou curioso com aquelas pessoas vestidas de preto. Cerca de 50 psicólogos, farmacêuticos, assistentes sociais, nutricionistas, fisioterapeutas, enfermeiros, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, estudantes e usuários do sistema de saúde enfrentaram o sol quente do meio-dia, distribuíram panfletos, conversaram com a população e literalmente “vestiram a camisa” contra o Projeto de Lei do Ato Médico.

A ação fez parte do Dia Nacional de Mobilização Contra o Ato Médico. Em diversos estados, milhares de pessoas se reuniram para manifestar seu repúdio ao PL 268/2002, que tramita no Senado. Se aprovado, sob pretexto de regulamentar a atividade médica, o Ato Médico vai tornar obrigatória a avaliação de um médico antes de quaisquer tratamentos, ferindo assim a autonomia dos demais profissionais de saúde e cerceando a liberdade de escolha dos usuários.

Em Brasília, mais de mil pessoas estiveram na Esplanada dos Ministérios em defesa de uma perspectiva multiprofissional na saúde. Representantes da Frente dos Conselhos Profissionais da Área da Saúde (FCPAS) foram recebidos pela Secretaria da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde, e pelos senadores Marta Suplicy (PT-SP) e Zezé Perrella (PDT-MG), que se comprometeram em defender a não aprovação do PL do Ato Médico no Congresso.

No site do Conselho Federal de Psicologia (CFP), o presidente Humberto Verona explicou o sentido da mobilização: “A população precisa entender que não se trata de uma briga corporativista, mas sim da defesa de um modo de fazer saúde no Brasil, (que é) compartilhado”. No Rio, os profissionais fizeram coro. “Não é uma luta dos conselhos de saúde, mas sim de toda a sociedade, que pode perder seu direito à livre escolha do profissional e sofrer com a demora dos atendimentos nos serviços públicos devido à necessidade da triagem realizada pelos médicos”, disse Alexandre Trzan (CRP 05/35809), conselheiro do CRP-RJ.

Para Trzan, o PL do Ato Médico é uma estratégia de reserva de mercado e significa a criação artificial de uma hierarquia em que o saber médico é colocado acima dos demais saberes na saúde. “Defendemos que seja mantida a autonomia dos profissionais de saúde, e que todos trabalhem de forma complementar e interdisciplinar, onde nenhuma atividade profissional tenha a pretensão de se sobrepor a outra”, disse. “A saúde não pode ser entendida apenas como a ocorrência de doenças e o uso de medicamentos”, completou.

Acupuntura: exclusividade de médicos?

No final de março, uma notícia foi lida por muitos como uma amostra do que está sendo reivindicado no PL do Ato Médico: a Justiça derrubou as resoluções dos conselhos federais que regulamentavam a Acupuntura como terapia complementar nas práticas de suas categorias. Com a decisão, psicólogos, fisioterapeutas e farmacêuticos, entre outros, ficam impossibilitados de exercer a Acupuntura nos seus tratamentos.

A decisão do TRF1 atendeu a uma ação do Conselho Federal de Medicina (CFM), que reivindica que a Acupuntura seja exclusividade de médicos. Os conselhos federais atingidos pela medida – entre eles o CFP – afirmaram que vão recorrer da sentença. No

entanto, não se sabe quando sairá a nova decisão, e até lá os psicólogos estarão impossibilitados de usar a Acupuntura como forma complementar em suas práticas profissionais. “Os conselhos se vêem em uma situação delicada. Somos radicalmente contrários à proibição da Acupuntura para psicólogos, mas, sem uma regulamentação, estamos legalmente obrigados a acatar possíveis processos de ética contra colegas que usam a prática em seus tratamentos”, lamenta Cláudia D. Alvernaz Harari (CRP 05/17507), da Coordenadoria Técnica (COTEC) do CRP-RJ. “É revoltante. Milhares de psicólogos que utilizam a Acupuntura estão com seu direito ao trabalho suspenso.”

O CRP-RJ lançou uma nota de repúdio à decisão da Justiça em que “lamenta a posição retrógrada e corporativista do CFM” e reafirma a legitimidade dos termos da resolução 005/2002 do CFP, que também se posicionou: “Defendemos a Acupuntura Multiprofissional, livre de reservas de mercado e a favor da saúde da população brasileira”, diz documento assinado com a Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (Sobrapa), que convoca o Ministério da Saúde a atuar na mediação do imbróglio.

As críticas à decisão da Justiça dialogam com as críticas ao Ato Médico: “Parte da classe médica tenta controlar as ações dos demais profissionais de saúde, hierarquizando os saberes e se colocando no topo”, afirma Priscilla Oliveira Cardoso, graduada em Psicologia e com formação em Acupuntura, denunciando a visão corporativista de alguns setores médicos. Ela lembra que por muito tempo a classe médica menosprezou “ciências com visão holística”, mas que o discurso mudou com a popularização destas práticas. “Não vejo o porquê de essa prática ser exclusiva aos médicos. Na China, berço da Acupuntura, não é exigido nenhum tipo de formação acadêmica anterior. Por que aqui no Brasil os médicos querem monopolizar esse conhecimento?”, questiona.

A fala de Priscilla é o eco das falas de milhares de profissionais que no dia 30 de maio estiveram em praças públicas do Brasil, mostrando aos governantes que não aceitarão sem luta a aprovação do Ato Médico. “Nosso papel como representante de uma categoria é este, ir às ruas, esclarecer a população e denunciar os absurdos e malefícios deste PL para a sociedade”, resume Alexandre Trzan, em nome do CRP-RJ. 📍

VAI LÁ:

FOTOS 30 DE MAIO DE 2012, LARGO DA CARIOCA
http://bit.ly/30deMaio2012_AtoMedico

MANDE UM EMAIL AOS SENADORES
<http://bit.ly/AtoMedicoSenadores>

ASSINE ABAIXO ASSINADO À PRESIDENTA DILMA
<http://bit.ly/AbaixoAssinadoAtoMedico>

BLOG ‘NÃO AO ATO MÉDICO’
<http://bit.ly/naoaoatomedico>

NOTA DO CRP-RJ SOBRE ACUPUNTURA
<http://bit.ly/Acupunturanaoehsoprmedico>

NOTA DO CFP E SOBRAPA SOBRE ACUPUNTURA
http://bit.ly/NotaCFP_Acupuntura

Nenhum passo atrás: manicômios nunca mais!



FOTOS: GUSTAVO MEHL

São muitos os atos, protestos, marchas, etc. que acontecem no Rio de Janeiro, cada uma com sua pauta, sua luta, suas reivindicações. Com todo o respeito a todas as mobilizações - e o CRP-RJ está em muitas! - não há manifestação mais emocionante, alegre, colorida, linda e louca que o 18 de Maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

Este ano o encontro foi na Praça XV, em frente à estação das barcas, no Centro do Rio. Trabalhadores, usuários e militantes da área de Saúde Mental se reuniram, conversaram, discursaram, cantaram, dançaram e brincaram, por uma vida em que a diferença seja possível e seja livre.

O CRP-RJ mais uma vez estava presente. No mesmo dia, pela manhã, a conselheira Cristiane Knijnik (CRP 05/39275) participou de uma solenidade na (ALERJ), em que criticou duramente a privatização da saúde e os processos de transinstitucionalização dos usuários dos equipamentos de saúde mental.

VAI LÁ:

FOTOS DIA NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL - 2012/RJ
<http://bit.ly/fotos18maio2012>

VÍDEO DA FALA DE CRISTIANE KNIJNIK NA ALERJ
http://bit.ly/PelosNaoSilenciamentos_parte1
http://bit.ly/PelosNaoSilenciamentos_parte2

“Dizer que a gente luta por uma sociedade sem manicômios não é pouca coisa, é afirmar que a nossa luta não é apenas por uma transformação no modelo de assistência. Sem dúvida, isso faz parte de nossa luta, mas não a define. A luta é por uma outra sociedade, por outros modos de viver junto, como esse que nós podemos ter hoje, ouvindo histórias e narrativas das vidas de cada um. Isso, para nós, significa enfrentar as chacinas e os silenciamentos de vidas e histórias, que se dão através das muitas maneiras de se encarcerar as pessoas. E a gente sabe que não são quaisquer vidas e histórias que são silenciadas, mas aquelas que tensionam uma certa ordem e uma certa norma vigente.”

Cristiane Knijnik, 18 de maio de 2012.

EXPEDIENTE

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro • CRP-RJ

R. Delgado de Carvalho, 53 • Tijuca • CEP: 20260-280
Tel./Fax: (21) 2139-5400 | e-mail: crprj@crprj.org.br
www.crprj.org.br

Diretoria Executiva:

Lygia Santa Maria Ayres - CRP 05/1832
Carla Silva Barbosa - CRP 05/29635
Alexandre Trzan Ávila - CRP 05/35809
Alexandre Ferreira do Nascimento - CRP 05/33108

Membros Efetivos:

Ágnes Cristina da Silva Pala - CRP 05/32409
Ana Carla Souza Silveira da Silva - CRP 05/18427
Claudete Francisco de Sousa - CRP 05/35806
Cristiane Knijnik - CRP 05/39275
Giovanna Marafon - CRP 05/30781
Helena Fialho de Carvalho - CRP 05/34864
Lia Toyoko Yamada - CRP 05/30850
Lindomar Expedito Silva Darós - CRP 05/20112
Marco Aurelio de Rezende - CRP 05/27536
Maria Helena do Rego Monteiro Abreu - CRP 05/24180
Vivian de Almeida Fraga - CRP 05/30376

Membros Suplentes:

Análicia Martins de Sousa - CRP 05/31168
André Souza Martins - CRP 05/33917
Carla Boy de Siqueira - CRP 05/26659
Fátima Siqueira Pessanha - CRP 05/9138
Fernanda Mendes Lages Ribeiro - CRP 05/31251
Luciana Vanzan da Silva - CRP 05/35832
Paula Rego Monteiro - CRP 05/34842
Saulo Oliveira dos Santos - CRP 05/31988
Vanessa Siqueira Manhães - CRP 05/38340
Vilma Diuana de Castro - CRP 05/7281
Wilma Fernandes Mascarenhas - CRP 05/27822

Comissão Editorial:

Helena Fialho de Carvalho
André Souza Martins
Luciana Pires Franco

Edição, redação e pesquisa de imagens

Gustavo Mehl

Colaboração

Alice De Marchi, Daniela Albrecht, Iacã Macerata, Isabel Lima, José Rodrigues, Luciana Pires Franco, Tiago Régis.

Projeto Gráfico e Diagramação

Julia Lugon

Impressão

Walprint Gráfica e Editora
Tiragem 30.000 exemplares / Trimestral

Agradecimentos

André Dahmer, Andressa Caldas, Camila Bonassa, Carlos Latuff, Charlotte Petitjean, Cristina Tepedino, Gabriel Strautman, Germán Alemanni, Henrique Fornazin, Isabel Mansur, João Zinclar, Leandro Uchoas, Lucía Surroca, Piero Valls, Renato Cosentino, Rodrigo Nunes, Tiago Rodrigues, Victor Ribeiro.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

contato: ascom@crprj.org.br

